

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS – CECEN  
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

**“COHASERMA - quando o urbanismo toca a História”: as construções dos conjuntos habitacionais em São Luís (1970- 1980).**

ANTÔNIO MARCOS ALVES SANTOS

São Luís/MA

2022

**ANTÔNIO MARCOS ALVES SANTOS**

**“COHASERMA - quando o urbanismo toca a História”: as construções dos conjuntos habitacionais em São Luís (1970- 1980).**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Júlia Constança Pereira Camêlo.

São Luís/MA

2022

Santos, Antônio Marcos Alves.

“COHASERMA - quando o urbanismo toca a História”: as construções dos conjuntos habitacionais em São Luís (1970- 1980).. / Antônio Marcos Alves Santos. – São Luís, 2022.

75 f.; il.

Monografia (Graduação) – Curso de História. Universidade Estadual do Maranhão, 2022.

Orientadora: Profa. Dra. Júlia Constança Pereira Camêlo.

**ANTÔNIO MARCOS ALVES SANTOS**

**“COHASERMA - quando o urbanismo toca a História”: as construções dos conjuntos habitacionais em São Luís (1970- 1980).**

Monografia apresentada ao curso de História da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de licenciado em História.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Júlia Constança Pereira Camêlo.

Aprovada em: 22/12/2022

BANCA EXAMINADORA



---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Júlia Constança Pereira Camêlo.



---

1º Examinador (a)



---

2º Examinador (a)

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a estudar.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, que me deu capacidade para concluir este trabalho, à Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e São José de Ribamar.

Agradeço aos meus pais e irmão, pela força e coragem que me deram.

Agradeço à minha avó Aurora Celes e Zulmira Maria, ambas já falecidas, pelo legado repassado a mim. Tia Zuca e mainha, aí do céu, recebam o meu abraço de amor e carinho!

Não poderia deixar de agradecer à minha orientadora, a Professora Júlia, pela paciência, encorajamento e parceria durante toda a consecução desse trabalho.

Por fim, agradeço às amigas e aos amigos queridos que me ajudaram tanto na pesquisa feita como também nos aspectos relacionados à estruturação do trabalho. Amigos (as), obrigado pelo carinho e estima!

*"No fim tudo dá certo, e se não deu certo é  
porque ainda não chegou ao fim."*

*Fernando Sabino*

## RESUMO

O Espaço Geográfico é um palco onde os atores constroem e desconstroem nuances, marcando épocas e pessoas. As cidades, por sua vez, são o maior exemplo de como o Ser Humano interfere diretamente nesse Espaço, para seu bom proveito, mesmo que, em muitas das vezes, o desejo do lucro não se preocupe com o Meio Ambiente. Os Conjuntos Habitacionais, da época do Regime Militar, são um nítido reflexo do papel do Estado em procurar o desenvolvimento e progresso, aliado à luta contra a precariedade em que as cidades se encontravam em relação à moradia. Entre casas, famílias e ruas, amizades são construídas, laços são entrelaçados e sentimentos são aflorados, a memória individual e coletiva carrega consigo uma força potencial para que se preserve e, mesmo, se construa uma identidade cultural dentro de um meio urbano. Cohaserma, quem são seus moradores e o quais foram as peculiaridades que fizeram e continuam fazendo, para muitos, gerações sentirem-se “em casa”? É dentro desse viés de cunho habitacional e identitário que o presente trabalho propõe refletir.

**Palavras-chave:** Espaço urbano. Habitação. Bairro. Memória. Preservação.



## ABSTRACT

The Geographic Space is a stage where the actors construct and deconstruct nuances, marking times and people. Cities, in turn, are the greatest example of how the Human Being directly interferes in this Space, for its own benefit, even if, in many cases, the desire for profit is not concerned with the Environment. The Housing Complexes, from the time of the Military Regime, are a clear reflection of the role of the State in seeking development and progress, allied to the fight against the precariousness in which the cities found themselves, at the time, in relation to housing. Between houses, families and streets, friendships are built, ties are intertwined and feelings are touched upon, individual and collective memory carries with it a potential force to preserve and even build a cultural identity within an urban environment. Cohaserna, who are your residents and what were the peculiarities that made and continue to make, for many generations, feel at home? It is within this housing and identity bias that the present work proposes to reflect.

**Keywords:** Urban space. Housing. Neighborhood. Memory. Preservation.

## LISTA DE FIGURAS E TABELA

<b>Figura 1- manchete do Imparcial a respeito do grande êxodo rural na época .....</b>	<b>22</b>
<b>Figura 2- Foto antiga de um supermercado da Rede Lusitana (provavelmente da década de 70). .....</b>	<b>23</b>
<b>Figura 3- Cidade Operária (anos 80) .....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 1- Evolução demográfica entre 1970 a 1993. ....</b>	<b>29</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. OCUPAÇÃO DA ILHA: expansão e urbanização (década de 70 e 80).....</b>	<b>15</b>
1.1 O surgimento de uma nova malha urbana em São Luís.....	15
1.2 O que gerou a expansão? Êxodo rural em foco.....	21
1.3. Perfil demográfico das décadas de 70 e 80.....	25
<b>2. CONJUNTOS HABITACIONAIS EM SÃO LUÍS: ANOS 70 E 80.....</b>	<b>30</b>
2.1 A dinâmica da Urbanização: os conjuntos.....	30
2.2 A discriminação socioespacial em São Luís, uma análise.....	36
2.3 O ambiental e o progresso, a relação conflituosa.....	42
<b>3. COHASERMA: é possível haver uma identidade?.....</b>	<b>47</b>
3.1. Cohaserma: “entre relatos e boas lembranças.”.....	47
3.2. A praça como meio de sociabilidade.....	54
3.3. Quando o tradicional subsiste frente ao “moderno e urbano”.....	57
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>61</b>
<b>APÊNDICES- A- Questões da entrevista.....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICES- B - Imagens e Fotos (do Cohaserma e do Movimento).....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE C- breve biografia das pessoas que foram entrevistadas.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

Ao se estudar História, às vezes, corre-se o risco de vê-la como uma única área do saber independente e têm-se o medo de dialogar com outras áreas como se isso fosse tirar a identidade da Ciência Histórica. No entanto, a partir do século passado, historiadores como March Bloch<sup>1</sup> e Le Goff<sup>2</sup>, para citar dois dos principais que batalharam para que a História alargasse seu campo de análise e não ficasse presa aos documentos oficiais escritos como única fonte digna de ser pesquisada e tida como verdade oficial, desenvolveram um olhar mais abrangente no que se refere ao modo pelo qual se pode desenvolver a pesquisa Histórica. Ainda a esse respeito, Karnal<sup>3</sup> e Flávia Galli<sup>4</sup> comentam dizendo que Bloch "anelava dar o estatuto de documento histórico a tudo o que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana".<sup>5</sup> Assim sendo, a partir daí, outras fontes que não as tidas como oficiais também passariam a fazer parte da atenção dos pesquisadores. Vale citar, nesse íterim, a valorização que a oralidade teve no que tange à compreensão de narrativas como porta de acesso para o estudo de sociedades e culturas. Em História e Memória, Le Goff ressalta:

[...] também se faz hoje a crítica da noção de documento, que não é um material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro: o documento é monumento (Foucault<sup>6</sup> e Le Goff). Ao mesmo tempo, ampliou-se a área dos documentos, que a história tradicional reduzia aos textos e aos produtos da arqueologia, de uma arqueologia muitas vezes separada da história. Hoje os documentos chegam a abranger a palavra, o gesto [...] <sup>7</sup> (LE GOFF, 2003, p.10).

Portanto, fica clara a ideia de que é possível sim utilizar-se de outras áreas para se pensar e construir História.

A cidade de São Luís do Maranhão, localizada no meio-norte brasileiro, apresenta uma peculiaridade que a diferencia das demais capitais brasileiras, que é o fato de ter sido lugar de ocupação de franceses, portugueses, holandeses e, novamente, portugueses. Ademais, outro fato que chama atenção de pesquisadores (as), dentre eles (as), Maria de Lourdes Lauande Lacroix, é no que se refere aos primórdios de sua fundação, pois enquanto toda uma historiografia maranhense do século XIX, apegada ao

<sup>1</sup> Marc Bloch, historiador francês, membro da Escola dos Annales.

<sup>2</sup> Le Goff, historiador francês e especialista em Idade Média.

<sup>3</sup> Karnal, professor da Universidade de Campinas-SP.

<sup>4</sup> Flávia Galli, professora associada de História da Arte Medieval do Programa de Graduação e Pós-graduação do Departamento de História da Arte, da UNIFESP, campus Guarulhos.

<sup>5</sup> Pinsky, Carla Bassanezy e Luca, Tania Regina de. (org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: CONTEXTO, 2017.

<sup>6</sup> Foucault: filósofo e historiador francês.

<sup>7</sup> Ver referência da obra.

modelo cultural francês como espelho a ser seguido, defende que São Luís foi fundada por franceses, Lacroix afirma ter sido somente com os portugueses que, de fato, a cidade de São Luís teve realmente um caráter citadino, quando da saída (expulsão) dos franceses do Maranhão e a tomada, pelos portugueses, da mesma. Assim sendo, Lacroix comenta:

A coroa (portuguesa) exerceu influência mais direta e controle mais eficaz sobre São Luís e a série de cuidados por parte de S. Majestade deu à cidade sua condição específica de cidade de conquista. São Luís foi pensada a partir de fora, com racionalidade e intervenção do Rei. O núcleo como unidade urbana, construído conforme a concepção de estruturação portuguesa, com um traçado preliminar, levando em conta a beleza e simetria formalmente determinada em 1615, diferente de muitas outras cidades coloniais do Brasil, de desleixo e liberdade; a figura do engenheiro-mor do Brasil visualizando o arruamento com vistas a um crescimento futuro; a demarcação de ruas retilíneas, quadras iguais, retangulares e praças, em malha ortogonal o de telha [...] a institucionalização de relações que iriam se desenvolver no decorrer do período colonial, tudo isto foi praticado em São Luís nos idos de 1616. (LACROIX, 2012, p.25).

Segue-se, a partir disso, a estreita ligação que o Urbanismo tem com a formação do espaço urbano e, nesse caso, com o de São Luís, desde suas origens, enquanto espaço urbano arquitetado. Segundo Wanda Lopes<sup>8</sup>, "[...] qualquer que seja a sua escala, a cidade é uma organização viva, dinâmica, com suas diversificadas partes em permanente interação." (LOPES, 2002, p.30). Portanto, ao se ter uma cidade, enquanto espaço onde são construídas redes de sociabilidade, é preciso ter em mente quais são os fatores que dinamizam essas relações, ou seja, é preciso enxergar quais são os interesses e motivos que regem a constante construção do espaço citadino.

Em "São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara", José Antônio Viana Lopes<sup>9</sup>, afirma:

Hoje, vive uma cidade dentro da outra: a metrópole traçada segundo princípios funcionais abraça, em anéis viários, a colônia fundada sob leis justas e consagradas e ambas contemplam o seu reverso, os subúrbios sem limites da Jamaica brasileira. Na Ilha, entre praias, mangues e muralhas, a cidade de alumínio convive com a diáspora dos filhos que buscam os caminhos firmes do continente (LOPES, 2008, p.11).

Com base nessas análises e outras, que serão desbravadas ao longo do trabalho, é relevante ressaltar que o presente trabalho aborda a expansão urbana em São Luís pelas décadas de 70 e 80, mais especificamente, tendo como alvo o bairro Cohaserma, dentro de um contexto de construção de conjuntos habitacionais na ilha de São Luís do

---

<sup>8</sup> Ex-estudante do curso de arquitetura da UEMA (2002).

<sup>9</sup> Arquiteto e Urbanista (ver referência da obra).

Maranhão. Consoante a isso, também é tratada uma peculiar manifestação devocional católica que acontece todos os anos (há mais de 35 anos) nesse bairro. O motivo para ter-se escolhido pesquisar acerca dessa prática religiosa foi justamente o fato desse movimento estar intimamente relacionado com a História do Cohaserma, pois constituiu-se como um meio onde os moradores puderam tecer as primeiras relações interpessoais e, desse modo, construir "teias de amizade," o que proporcionou uma construção de identidade "cohasermana", termo que, inclusive, vem sendo empregado no decurso do último capítulo do trabalho. Ademais, acredito que essa pesquisa trará, sobretudo, uma tentativa de construção ou, ao menos, uma abordagem do que seja o sentimento de pertença a um bairro, dentro do contexto de aumento da malha urbana na cidade de São Luís, bem como as implicações que levaram tal fenômeno a acontecer, mais precisamente no que está relacionado ao estudo da construção dos conjuntos habitacionais nas décadas de 70 e 80 do século passado. Somado a isso, o resultado da pesquisa trará, com certeza, uma espécie de valorização dessa identidade e fomentará com que o Cohaserma tenha uma maior viabilização perante a sociedade ludovicense, ao passo que sua História será levada à conhecimento público a partir dos resultados obtidos.

Em "Manual de História Oral", é dito que: "Como pressuposto, a História oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado. É isso que marca a História Oral como "história viva "(MEIHY, 1996, p.19).<sup>10</sup> Assim José Carlos Meihy<sup>11</sup> se posiciona em relação à História Oral, área que muito contribuiu e continua contribuindo para a pesquisa Histórica. Esse campo possui técnicas, objetivos e metodologias específicas, tendo em vista que o mesmo é utilizado para, dentre outros fins, levar a voz de indivíduos para dentro da construção do estudo e valorização do conhecimento.

Sendo assim, a metodologia utilizada para a escrita do trabalho serviu-se de métodos de investigação do campo da História Oral, dentre os quais a entrevista e o registro da mesma, partindo do pressuposto de que a oralidade, enquanto meio de pesquisa, tem extrema importância para que relatos (de antigos moradores do Cohaserma) fossem resgatados e levados a conhecimento público que, nesse caso,

---

<sup>10</sup> Ver referência da obra: Manual de História Oral.

<sup>11</sup> Ver referência da obra.

corresponde a todos (as) os que fizeram parte das entrevistas. Fotos antigas, fornecidas pelos moradores, também serviram de forma relevante para a consecução do trabalho.

Além da História Oral, a pesquisa por teóricos que abordassem sobre a temática do Urbanismo com o histórico do expansionismo urbano e construção dos conjuntos habitacionais nas décadas de 70 e 80. Já no próprio campo da História, historiadores (as), como Lacroix, contribuíram relevantemente, dado que se dispuseram a estudar a própria gênese da construção e das mudanças da movimentação urbana Ludovicense.

## **1. OCUPAÇÃO DA ILHA: expansão e urbanização (década de 70 e 80).**

São Luís do Maranhão, cidade cognominada com vários títulos que ressaltam sua grandeza Histórica e cultural, possuiu um elevado crescimento demográfico nas últimas décadas, principalmente com o surgimento de novos bairros que passaram a compor a malha urbana. Todavia, é preciso analisar a partir de quando essa maior expansão foi efetivada e o motivos que levaram esse ‘boom’ a acontecer. Em relação à isso, é possível afirmar que as décadas de 70 e 80 apresentaram, a seu modo, um vertiginoso crescimento quanto ao número de habitantes que passaram a integrar a conjuntura urbana ludovicense, isso ficará melhor evidenciado a partir da análise de dois resultados obtidos através de censos concernentes a esse recorte temporal. Por ora, já é relevante afirmar que a expansão urbana notificada em São Luís do Maranhão, em anos das décadas de 70 e 80 deu-se devido à inúmeros fatores, dentre os quais a insuficiência dos antigos conglomerados urbanos em abrigar e suprir o excedente da massa urbana e que, ademais, não foi um processo a curto prazo. Visto isso, o presente capítulo tem por meta apresentar quais foram os fatores que intrinsecamente se relacionaram entre si e geraram o alargamento dos limites urbanos da capital do Maranhão, ocasionando, desse modo, o nascimento dos conhecidos conjuntos habitacionais.

### **1.1 O surgimento de uma nova malha urbana em São Luís**

O espaço urbano está em constante transformação, e isso se atrela tanto ao desenvolvimento que ele acompanha ao longo do tempo, como também às mazelas sociais, algo visto, principalmente, em países periféricos e em desenvolvimento. Em relação à cidade do Rio de Janeiro, Vera F. Rezende<sup>12</sup>, em seu artigo intitulado: *Evolução da Produção Urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900-1950-1965*, afirma:

O primeiro plano para a cidade do Rio de Janeiro data de 1875, um plano de intervenções elaborado pela Comissão de Melhoramentos, que tem por objetivo atenuar a crise sanitária, orientando-se para a questão do saneamento básico, buscando solucionar principalmente os problemas de inundações com o auxílio de obras de canalização, drenagem, alargamento e pavimentação de ruas. O plano estabelece também a obrigação de moradias saneadas [...] (REZENDE, 2005, p.39).

---

<sup>12</sup> Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-1975), Mestre em planejamento urbano e regional pela Engenharia de Produção – COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-1980), doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP-1995) e pós-doutorado em Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP-2007).



Portanto, aqui se tem um claro exemplo da intervenção da figura do Estado, na empreitada da prefeitura, no espaço urbano a fim de se atender a uma agenda que visava resolver a crise sanitária no Rio de Janeiro, na época.

As décadas iniciais do século XX despontam com uma preocupação latente quanto à questão sanitária dos centros urbanos diante as epidemias de gripe e varíola, dentre outros surtos de contágios devidos, principalmente, à falta de higiene e ao aumento de moradias insalubres nas capitais brasileiras. A cidade de São Luís também passou por profundas transformações em sua malha urbana, no que concerne às décadas iniciais do século passado referente às medidas sanitárias que estavam em voga e isso se refletiu no espraiamento urbano da capital maranhense. Antigos sobrados e igrejas foram derrubadas tendo em vista a modernização e higienização da cidade e, com isso, as pessoas pobres que habitavam os sobrados, sem ter onde morar, foram em busca de outros lugares a fim de construir suas precárias moradias, daí já se tem o fortalecimento das zonas de pobreza dentro do espaço urbano de São Luís, como resultado de ordens públicas sem terem, no corpo de suas leis, medidas que pudessem amparar as camadas menos favorecidas. Somente posteriormente, dentro de uma lógica também desenvolvimentista, será pensado, para São Luís, planos urbanísticos a fim de abrangerem o considerado excedente da população.

“Em outra escala, as operações de remodelação tinham por objetivo adaptar os sobrados aos preceitos da higiene e o uso das repartições públicas. A República reorganiza a máquina administrativa, e necessariamente precisa adaptar seus edifícios ao uso do funcionalismo público, considerando, claro, as novas exigências de higiene e estética. Assim, até 1930, estavam já remodelados os principais edifícios públicos de São Luís [...]” (VIANA LOPES, 2008, p.28).

Portanto, a contínua interferência dos indivíduos dentro do Espaço Urbano é algo que se dá de forma progressiva, se for levado em consideração o fato de que o Espaço Geográfico está em constante mutação, às vezes em desenvolvimento ou até mesmo em retrocesso no que se refere aos entraves enfrentados por indivíduos à margem da sociedade capitalista. Mais na frente, a mesma autora continua sua análise dizendo o seguinte:

Em 1969, a SURCAP, empresa de economia mista organizada pelo governo municipal, deveria executar obras necessárias a um melhor padrão urbanístico. A Sociedade de Melhoramentos e Urbanismo da Capital, antes de dois anos de funcionamento, foi substituída pelo Fundo de Urbanização Municipal (FUM). A cidade, sempre rica em leis e instituições e pobre em ações, não deu conta da infraestrutura exigida pela alta taxa de crescimento populacional, entre 1970-1989, e o caos se estabeleceu nos bairros pobres da

capital. A política Federal de superação do problema, concretizada pelo Banco Nacional de Habitação, em São Luís, refletiu na construção de moradias populares para atender a demanda dos estratos médio e baixo da sociedade, entre os anos de 1960 e 1970. (LACROIX, 2012, p. 535-538).

Segue-se, daí, o entendimento de que o principal motivo para a construção dos conjuntos habitacionais foi pelo fato da malha urbana de São Luís ter se alargado consideravelmente entre esses anos citados. Logo, era preciso que o governo do estado, na então chefia de José Sarney<sup>13</sup>, fizesse com que áreas até então sem densidade considerável de população pudessem servir para construção de moradias, tudo com o objetivo de abranger o imenso contingente populacional que já não cabia mais nos antigos bairros de São Luís. Em ordem cronológica, os bairros construídos foram: Cohab-Anil I, II e III, Ipase, Maranhão Novo, Coheb-Sacavém, Cohama, Radional, Cohab-Anil IV, Parque Timbiras, Cohatrac I, Cohapam, Cohajap, Cohajoli, Cohaserma, Vinhais, Bequimão, Turu, Rio Anil e Cohafuma. (Ver referência da obra).

Desde as primeiras décadas do século XX, a cidade de São Luís já vinha sofrendo uma espécie de inchaço urbano, ocasionado, principalmente, pelo êxodo rural e pelo desenvolvimento urbano, com alterações feitas em suas avenidas e bairros antigos, com demolições e construções tidas como modernas para a época. O século XX despontava como um período com uma aceleração tecnológica e isso se refletiu em todas as áreas da sociedade, como a saúde e a política, no que se refere às duas grandes guerras.

As cidades europeias estavam passando por um desenvolvimento urbano muito grande desde a substituição de antigas construções tidas como desnecessárias até a construção de prédios que se enquadravam aos parâmetros valorizados pelos arquitetos e urbanistas. É interessante notar, por exemplo, dentre essas mudanças de perspectiva, o sentido ideológico quando da construção dos imensos arranha-céus. Na Idade Média, As torres e cúpulas das igrejas e demais prédios apontavam para o céu, mas não sem um sentido internalizado dentro disso, pois a noção era de que ao estarem apontando para o céu, local onde Deus, a Virgem Maria, os santos e os anjos habitam, a sociedade, como um todo, estava neste mundo terreno e passageiro com vistas para o sobrenatural e eterno.

---

<sup>13</sup> Ex -Presidente da República Federativa do Brasil.

Porém, com o Modernismo, que já vinha sendo construído pelo Humanismo e demais novidades, o cume da altura das construções já não possuía um sentido religioso por detrás deles, mas sim tinham como meta serem reflexo do apogeu tecnológico e evolucionista da sociedade industrial e urbana, ou seja, quanto mais uma cidade possuísse, dentro da sua malha urbana, prédios elevados, mais aquela cidade seria tida como modelo de lugar desenvolvido e moderno.

A respeito de noção de moderno, Le Goff cita o abade Terrasson em *La philosophie applicable à tous les objets de l' esprit et de la raison*:

Os modernos são em geral superiores aos antigos: esta proposição é ousada no seu enunciado e modesta no seu princípio. É ousada, na medida em que ataca um velho preconceito; é modesta, na medida em que faz compreender que não devemos a nossa superioridade à medida própria do espírito, mas à experiência adquirida com os exemplos e as reflexões dos que nos precederam. (LE GOFF, 1924, p.184).

Logo, a noção de antigo versus moderno está intimamente relacionada com o próprio caminhar do ser humano ao longo da História, dentro dos conglomerados urbanos, sendo o homem um autor direto nas metamorfoses do espaço onde habita. É notório que as modificações executadas em São Luís do Maranhão ao longo de seus 410 anos são um profundo reflexo da ação dos seus próprios habitantes e também do fenômeno da globalização que interconecta o mundo em uma velocidade nunca vista até então.

Diante do exposto, os novos bairros que foram se configurando na Ilha de Upaon Açu, já terão um outro sentido diferente do centro histórico, que foi sendo construído no decurso do século XVI ao século XIX, imbricados no contexto social, religioso e político próprios de cada época dentro desses séculos, os conjuntos habitacionais já irão ser erguidos dentro de outras perspectivas e funções que não as dos bairros que compõem o centro de São Luís. Soma-se a isso tudo a influência direta que as novas técnicas de construção irão ter sobre esse processo, desde os materiais de construção utilizados até a própria gênese de construção referente à organização dos trabalhadores em seu ofício.

Em relação à São Luís, existem também registros ou, ao menos, estudos que enfoquem a figura do Estado diretamente na gênese urbana? Haja vista o estudo feito por Lacroix, sim. De acordo com a mesma, São Luís assistiu a um acelerado aumento da malha urbana já nos finais da década de 1950:

O problema da falta de espaço para atender à população Ludovicense exigiu imediata solução do governo, respondida, em 1958, com o Plano de Expansão da Cidade de São Luís, elaborada pelo engenheiro Ruy Ribeiro de Mesquita, Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagens do Estado do Maranhão. (LACROIX, 2012, p.532).

É interessante ver que o espaço citadino ludovicense passou por um projeto nos seus inícios concernentes à implantação da colonização portuguesa, logo após a expulsão dos franceses que aqui queriam implantar a França Equinocial. Isso mostra que o atraso português em olhar o norte do território conquistado precisava ser contrabalanceado com uma forte expansão da influência lusa no decurso colonial dessa região, a fim de que com isso, nações inimigas não tivessem chance de requisitar ou mesmo lutar pela gerência do espaço compreendido entre o Maranhão em direção à foz do Amazonas, dentre aos demais territórios que ainda não se tinha uma colonização efetiva por parte de Portugal devido ao desconhecimento, em grande parte, do território. Portanto, a cidade de São Luís começa, por assim dizer, como portal da Amazônia, mesmo que, posteriormente, esse título passe para Belém. Lacroix ainda comenta, citando Reis Filho:

Como disse o professor Mário Tavares Chicó, “a verdade é que nas cidades construídas de um jacto é abandonada a tradição e aceita abertamente a cidade ideal”. E São Luís foi fundada “de um jato” para evitar a volta de La Ravardiére, aficionado com a ideia da implantação da França Equinocial. (LACROIX, 2012, P.25).

Mas qual o motivo de se falar em numa São Luís do século XVII dado que o recorte temporal da presente pesquisa está inserido nas décadas de 70 e 80? O motivo para isso deve-se ao fato de ser possível fazer conexões entre os projetos urbanísticos de ambas as épocas, principalmente em relação à ideia de espaço projetado, pois os conjuntos que foram construídos obedeceram a uma ideia projetada, e isso os distingue de muitos bairros de São Luís, principalmente os da zona periférica, onde, na imensa maioria das vezes, não existiu, na origem da ocupação do espaço, um projeto de construção.

Quanto à concepção de projeto urbanístico enquanto um traçado elaborado por técnicos tendo em vista uma boa organização e um bom aproveitamento de um determinado espaço, os conjuntos habitacionais, como válvula de escape para o excedente populacional, se enquadraram muito bem dentro dessa ideia, pois são bairros onde existe saneamento básico, com rede de esgoto, casas planejados conforme um

modelo com objetivos específicos, ruas pavimentadas, locais destinados ao lazer, dentre outros fatores que os diferenciaram fortemente dos bairros que já existiam em São Luís.

Em relação ao antigo traçado urbano da São Luís nascente, as ruas, praças e construções obedeciam aos modelos urbanísticos que vigoravam a Europa, na época. Posteriormente, com o aumento da ocupação do espaço da Ilha de Upaon Açu, seguindo o antigo Caminho Grande, outra configuração será observada, configuração esta que já não corresponde ao modelo feito na fundação da cidade. Daí, já irá ser construída uma lacuna social, na qual os bairros periféricos (sem planejamento prévio e interferência do estado no que tange ao seu planejamento inicial) sofrerão a falta, em muitas das vezes, de um olhar mais atento das políticas sociais e serão exemplos de bairros pobres e sem saneamento básico, ao menos em sua origem, ocasionando-se, com isso, uma marginalização urbana, onde os conjuntos habitacionais serão exemplos de bons lugares para se viver, enquanto que os conglomerados urbanos que não se enquadraram dentro dessa perspectiva serão marginalizados e alvo de críticas preconceituosas tendo como alvo os moradores das consideradas periferias.

Esses bairros em questão, tais como João Paulo, Camboa, Anil, Monte Castelo, dentre outros que foram sendo erguidos no decurso do Caminho Grande, tiveram um impulso muito grande com a vinda de migrantes do interior do Maranhão em busca de trabalho e melhores condições de vida. Foi por esse fator, e outros, que houve um grande inchaço populacional na cidade. Além disso, projetos do governo do estado, na figura do governador José Sarney, propiciaram um desenvolvimento considerável no que se refere à infraestrutura e modernização de São Luís. (ALMEIDA; LEITE; BARROS, 2020). A construção da Ponte José Sarney, em 1970, propiciou uma ligação mais rápida e efetiva do centro da cidade com o bairro do São Francisco e, dessa forma, com a parte que ficava na outra margem do rio Anil (Renascença, São Marcos, Laguna da Jansen, dentre outras localidades). Assim sendo, a população foi ocupando com mais relevância o que hoje se compreende pelo bairro do São Francisco. Em relação à ponte do bairro Caratitua, que corta o rio Anil, é possível afirmar que ela pôde ocasionar um maior fluxo de pessoas em direção ao que hoje se compreende pelo bairro do IPASE, e adjacências. Portanto, essas duas pontes e a barragem do Bacanga efetivaram em muito o alargamento da ocupação, planejada ou não, de outros espaços até então pouco conectados ao centro.

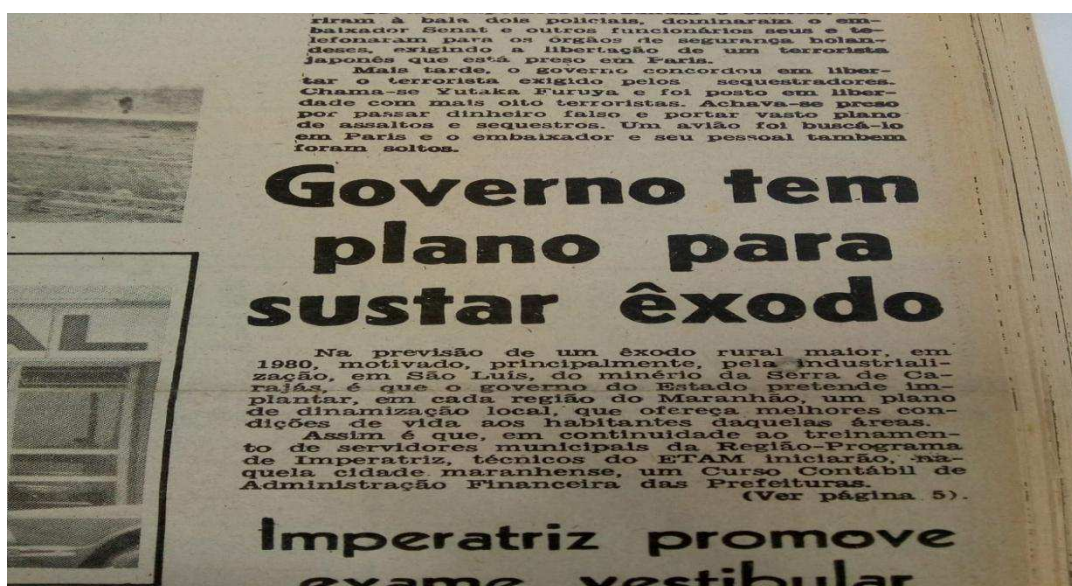
## 1.2 O que gerou a expansão? Êxodo rural em foco

A respeito das transformações feitas pelo governo, nesse caso como iniciativa do Governo Federal, a construção da rodovia Belém- Brasília ocasionou um maior fluxo entre o sudeste, parte do nordeste, e norte do Brasil. Somado a isso, ainda em 1929, houve uma migração muito grande de pessoas que fugiam da seca, em direção ao Maranhão. Cidades do interior, além da própria capital, receberam um grande contingente de migrantes. (GISTELINCK, 1989). Segue-se daí que, além das transformações que visavam urbanizar o Maranhão, dentro de um contexto de regime militar, o êxodo rural, tanto do interior do próprio Maranhão para a capital, como também de outros estados nordestinos, assolados pela seca, em direção ao interior do estado ou à capital, contribuiu muito para a expansão e urbanização de São Luís nas décadas de 70 e 80.

O êxodo rural constitui-se, até hoje, como um fator marcante na gênese do espaço urbano. Isso se deve, principalmente, ao fato de que na zona rural as perspectivas de vida se restringem a um estilo de vida que, na maioria das vezes, está atrelado à pobreza e, em muitos casos, à fome. O interior do Brasil sempre foi considerado uma área a ser desbravada, terra onde os silvícolas se abrigavam frente às bandeiras e explorações dos europeus, em busca das chamadas “drogas do sertão”, local de medo e provações. No século XX, embora sob outras circunstâncias, o interior maranhense continuava como sendo um espaço de atraso e miséria social.

Visto isso, com as variadas transformações que ocorriam durante o governo de Sarney, grande parcela da população rural vem para a capital. Os jornais constituem-se como meio de análise do contexto no qual São Luís estava imersa nas décadas de 70 e 80. Numa edição de setembro de 1974, uma manchete no *Jornal Imparcial* aborda o fato do governo estadual ter, em mãos, um plano para “sustar” tal situação. É aqui neste termo empregado: sustar, que fica bem nítida a percepção e a preocupação que o executivo estadual tinha com o aumento acelerado da população e, destarte a isso, os centros urbanos, principalmente São Luís não tinham suporte estrutural para receber esse contingente que precisava de trabalhos formais a fim de ser ganhar uma renda mensal. Desse modo, esse êxodo rural, em muitas das vezes, para quem os recebia (São Luís, no caso), era até mesmo um motivo de inquietação por parte do Poder Público, pois para onde iriam e o que fariam eram incógnitas.

Figura 1- manchete do *Imparcial* a respeito do grande êxodo rural na época.



Fonte: Jornal *Imparcial* (1974), domínio público.

Nessa manchete do *Imparcial* (1974), diz o seguinte: “ na previsão de um êxodo rural maior, em 1980, motivado, principalmente, pela industrialização, em São Luís, do minério da Serra de Carajás, é que o governo do Estado pretende implantar, em cada região do Maranhão, um plano de dinamização local, que ofereça melhores condições de vida aos habitantes daquelas áreas. Assim é que, em continuidade ao treinamento de servidores municipais da Região- Programa de Imperatriz, técnicos do ETAM iniciarão, naquela cidade maranhense, um Curso Contábil de Administração Financeira das Prefeituras.” A preocupação com o aumento vertiginoso da malha urbana ludovicense, decorrente do êxodo, e a proliferação de bairros insalubres era latente. Daí essa tentativa de reversão do problema.

Na década de 70, a família do senhor José Vital<sup>14</sup>, ex-morador do conjunto Cohaserma, migrou para São Luís atrás das novidades oferecidas. O desejo de estudar e “subir na vida” era grande, e para uma família constituída por 12 filhos (três in memoriam), o pai e mãe, a vida em um povoado de Icatu, Jussatuba, era difícil e exigia a ajuda no trabalho na roça, bem cedo, a partir dos seis anos, frequentemente. Assim ele relata a trajetória dele juntamente com sua família:

“Minha irmã mais velha (in memoriam), estava conversando com minha mãe no quarto quando ouvi que iríamos vir embora para São Luís, pois aqui poderíamos estudar e trabalhar, enfim, ter uma vida melhor. Meu pai (in memoriam), de início, não queria muito largar a vida do interior pela da

<sup>14</sup> Indivíduo entrevistado na pesquisa de campo (2022).

cidade, mas acabou concordando depois que minha mãe conversou com ele. A respeito da vida na roça, posso dizer que era difícil, as formigas comiam nossos pés! (risos), e tínhamos que obedecer trabalhando senão apanhávamos, era desse jeito. A cidade (São Luís), para nós, era um lugar a ser desbravado, algo de outro mundo mesmo, logo que nós éramos interioranos de lá de dentro do mato”. (JOSÉ VITAL, entrevistado em 2022).

A partir desse relato, fica evidente a noção de “paraíso” que representava a visão de muitas pessoas que chegaram nesse período à capital maranhense. O sonho do “El Dourado” se transpôs à São Luís dos anos 70 e 80. Agora, como ponto de chegada de muitos que deixavam sua terra natal para estudar e trabalhar em algum estabelecimento onde se pagasse o mínimo para comer e beber. À época, o SUPERMERCADO LUSITANA era uma alternativa, pois despontava como uma grande rede de abastecimento da cidade, antes somente as mercearias, comércios de pequeno porte, faziam essa função. Tendo sido fundada pelo português Manoel Alves Ferreira, a rede de supermercados intitulada de LUSITANA alcançou renome em toda São Luís pelo fato de ter se utilizado de novidades comerciais até então desconhecidas pela população e que faziam, de fato, parte do “progresso” da época. Sendo assim, essa rede comercial alcançou renome e fama.

**Figura 2- Foto antiga de um supermercado da Rede Lusitana (provavelmente da década de 70).**



Fonte: “São Luís de décadas passadas: mais fotos para você viajar no tempo”, por Ana Maria Bruzaca, site do Jornal O Imparcial (ano de publicação:2018).

O processo de industrialização acarreta consigo profundas mudanças sociais nos mais variados níveis e setores, principalmente porque essas metamorfoses reconfiguram a organização da sociedade referente à relação patrão-empregado. Por sua vez, aqui entra o cerne da desigualdade social que persiste nos centros urbanos devido a não valorização equitativa do trabalhador e, mais ainda, à exploração do indivíduo que é considerado uma peça dentro da máquina burocrática capitalista. Com isso, o baixo



salário e condições desumanas de trabalho fazem parte do cotidiano de grande parte da população tida como desqualificada profissionalmente e até mesmo da que se enquadra às exigências das empresas. Segundo SINGER, o contexto no qual se insere a relação campo-cidade, engendrado pela máquina industrial capitalista, proporciona mudanças dentro dessa mesma relação, destarte que a sociedade precisará, com isso, se enquadrar às novas peculiaridades do sistema econômico construído, fazendo com que exista uma mudança clara na organização dessa mesma sociedade. (SINGER, 2002. p.31).

Visto isso, é possível afirmar que, nas décadas de 70 e 80, no Maranhão, o campo, ou melhor, os camponeses, através das migrações para o centro urbano, tinham como objetivo e necessidade real se emoldurarem ao novo contexto proporcionado pela modernização, o que gerou, conseqüentemente, uma desvalorização do estilo de vida que levavam no campo. No entanto, é importante pensar que essa perspectiva, com certeza, se refletiu de forma mais forte nos pequenos e médios produtores rurais, no que está relacionado ao fenômeno migratório, pois os grandes detentores da máquina econômica rural, os latifundiários, também centralizaram sua função paternalista à semelhança dos donos das firmas, tendo em vista a exploração e o baixo custo de produção a fim de um saldo positivo no resultado final do trabalho.

Em seu artigo, “*Migração rural- urbana: Experiências do Movimento migratório no município de Vargem Grande- MA nos anos de 1980 a 2000*”, a professora Eva Rosa do Lago<sup>15</sup> aborda a questão da migração que houve da zona rural do município para a sede do mesmo e enfatiza, amparada por teóricos que pesquisaram justamente sobre a relação existente entre a industrialização- modernização dos centros urbanos com a o movimento considerável de pessoas saídas do interior. Sobre isso, ela comenta:

O período de 1950-1980 é dominado pelas políticas de industrialização de substituição de importação. Seu sucesso criou poderoso e diversificado mercado urbano de trabalho, a começar pelo Estado de São Paulo, irradiando-se no Sudeste, no Sul, no Centro- Oeste e no Nordeste. Atraídas por esse poderoso mercado, as populações rurais migraram para as cidades. Como não poderia deixar de ser, o êxodo rural ganhou velocidade e se acelerou no Sudeste, em decorrência da industrialização do referido estado. [...] o êxodo rural também se intensificou naquelas regiões, drenando grande parte da população rural, a qual, hoje, só tem maior vulto no Nordeste. Por isso, nas 2 últimas décadas, essa região experimentou grande migração rural- urbana, também motivada pelas luzes das cidades, das suas cidades e das do Sul do País. (LAGO, 2019, p. 7 Aphud ALVES; SOUSA E MARRA, 2011, p.81-82).

---

<sup>15</sup> Professora da Educação Básica no município de Vargem Grande- MA.

Lago desenvolve sua análise tendo como objeto de pesquisa o município de Vargem Grande- MA, mas os mesmos motivos que favoreceram o boom demográfico desse município a acontecer, também se entrecruzam com os de São Luís. Por outro lado, GISTELINCK enfatiza, sob seu ponto de vista, que o crescente êxodo rural que se deu no período em questão deveu-se, sobretudo, pela grilagem e pela violência no campo e não pela industrialização. (GISTELINCK, 1988, p.27). É interessante essa análise feita porque ao se considerar um fenômeno de aumento demográfico dentro de uma determinada região ou lugar, não é viável se considerar somente um motivo específico para que tal acontecimento tenha sido efetivado, mas sim levar-se em conta que as situações e o indivíduo mudam, dentro de seu contexto específico:

As famílias, que ficam no campo, enfrentam igualmente problemas de desintegração, provocados pelo garimpo e pelas grandes obras. Milhares de homens, jovens e adultos, deixam a família e a roça, e voltam só periodicamente para casa, acometidos de doenças, sobretudo malária e doenças venéreas, ou não voltam mais. As organizações populares, tradicionalmente nas mãos dos homens, perdem força. Em casa ficam as mulheres com as crianças, sobrevivendo com dificuldades, passando fome e os filhos sem estudar [...]. (GISTELINCK, 1988, p.28).

Para quem não migra para o meio urbano, a situação no meio rural continua com as mesmas peculiaridades: fome, pobreza, humilhação nas mãos dos patrões, dentre outras situações que indicam marginalização social. Mas para quem muda, na esmagadora maioria dos casos, a luta por melhores condições de vida também não é nada fácil. É nesse ínterim que surgem as favelas e vilas, onde as famílias conseguem, a muito custo, um terreno, em alguma propriedade privada. As vilas Luisão, Divinéia, Embratel, São Luís, dentre muitos outros exemplos, mesmo que tenham surgido, porventura, após os anos 80, tiveram sua origem como consequência direta da concentração da terra nas mãos de poucos. Visto isso, o próximo item tem como objetivo analisar o perfil demográfico relacionando-o ao inchaço urbano em São Luís.

### **1.3. Perfil demográfico das décadas de 70 e 80.**

Como já foi dito anteriormente, as décadas de 70 e 80 assistiram a um grande aumento populacional nos centros urbanos. Migrantes atraídos por ofertas trabalho e outras coisas atrativas ou também expulsos de suas terras, pelo fenômeno da grilagem. (GISTELINCK, 1988, p.27). Esta, por sua vez, constitui-se na falsificação documental da posse da terra e ainda é uma agente no campo, fazendo com que seja efetivada a tomada de terras, por parte dos grandes posseiros, das pessoas vulneráveis e pobres. Daí

a intrínseca relação entre o que acontece no campo e a configuração dos centros urbanos, pois seu excedente populacional é composto, em sua maioria, por essa parcela que sai de sua terra, deixando, muitas vezes, boa parte de sua família e identidades próprias para trás. Um sacrifício duro e cruel imposto a esses indivíduos, já que dentro desse bojo social existe, mesmo que muitas vezes não seja percebida, uma construção de uma relação entre subordinado e mandante ou chefe, onde o capital atrativo tece relações dentro da sociedade como um todo.

A partir dos anos 1970 começa, por motivos da grilagem e da violência, o êxodo do campo para a cidade e, conseqüentemente, a desintegração da família rural e da organização comunitária. Chegando na periferia da cidade, as famílias rurais não encontram mais o apoio do compadrio, da comunidade eclesial e da delegacia sindical. [...] (GISTELINCK, 1988, p.27).

Outro ponto em questão que muito incentivou a vinda de pessoas do campo rumo a São Luís foi, sem dúvida, a implantação de projetos relacionados à área da industrialização, foram eles: o Consórcio ALUMAR e a CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), que hoje é conhecida como VALE. (MARTINS, 2018, p.63). Essas novas empresas forneciam empregos para um grande contingente de pessoas, em especial homens novos e pais de famílias que, atraídos por uma remuneração melhor e pela vida na cidade, vieram para a capital maranhense em busca de emprego. O capital aparece, nesse cenário, como um propulsor de mudanças que abarcam as estruturas sociais no que tange ao meio social habitado pela mesma, transformando o dia a dia dos que viviam no campo e dos que habitavam a cidade. Estes já estavam mais familiarizados com o cotidiano citadino, cheio de desafios e entraves, mas aqueles ainda iriam fazer uma larga experiência tendo em vista o desafio de adequação ao novo contexto que se apresentava, com estruturas sociais diferentes das que regiam o meio onde viviam, composto pela família tradicional, pelo aconchego do lar paterno e materno, pela família numerosa, pelo dia a dia na roça, pela labuta perante o atraso econômico, político e social rural.

Interessante é ressaltar que a própria noção de tempo, como um dos aspectos principais que sustentam o trabalho, com a vinda para a cidade passa a ter uma nova noção. A tranquilidade que reinava e, em muitos lugares ainda reina, no interior, embalada pelo canto dos pássaros, pelo toque do sino da matriz ou da capela de um simples povoado, pela conversa ao redor de uma fogueira para espantar pernilongos ficava para trás. Ao se tomar a decisão de vir para São Luís, muitos já tinham em mente

o barulho dos automóveis, das lojas e fábricas, das aglomerações, da Rua Grande, de um teco-teco (espécie de avião pequeno) e das lambretas (moto antiga, da época).

É isso o que fica evidenciado na fala do Senhor Vital:

“uma vez levei uma topada numa pedra lá no porto do Ribamar, antigo ‘Barbosa’, porque fui acompanhando um teco-teco que passava no alto. Poxa! Achei aquilo tão bonito! Eu tinha acabado de chegar na cidade, lá no interior não se via isso, a gente via um avião à noite que passava no alto, mas nem barulho dava pra ouvir, já sabíamos o horário, só pra você ter uma noção do atraso que era esse Maranhão e ainda é até hoje!”. (JOSÉ VITAL, entrevistado em 2022).

A distribuição socioespacial na São Luís, à época, originou o que se conhece como favelas e vilas que, por sua vez, passaram a alargar os limites do território habitável. É possível tecer uma conexão com o papel que o capital, enquanto força motriz que delinea as relações entre as camadas que compõem a sociedade, faz no Espaço Geográfico, modificando-o e fazendo com que o mesmo seja palco das evidências estruturais de diferenciação econômica dentro da sociedade. De acordo com MARTINS:

O fenômeno da urbanização para ser analisado é necessário levar em conta as múltiplas determinações que nele estão imbricadas, haja vista que não se deve reduzir a análise apenas ao crescimento demográfico no meio urbano, todavia, é indispensável que se leve em consideração que a raiz de tal processo está centrada na reprodução das relações capitalistas produzidas no campo. (MARTINS, 2018, p.52).

No campo a relação entre fazendeiro e vaqueiro, patrão e empregado, pai e filho, muitas das vezes impulsionou uma tomada de consciência por parte dos que sofriam a fim de se almejar outros horizontes que não aquele ao qual estavam sendo submetidos e servindo como massa de manobra na mão dos chefes e donos políticos que mandavam e desmandavam, algo que infelizmente persiste até hoje, nas zonas de sua influência, seja porque detinham a posse de um latifúndio considerado no que se refere ao seu tamanho, seja porque já eram descendentes dos antigos coronéis. Ronaldo Sodré<sup>16</sup>, em seu trabalho, aborda a questão agrária concernente, dentro outros aspectos, ao suposto surgimento de relação entre patrão e empregado, um que detém mais poder aquisitivo em detrimento do outro, que fica como que sujeito às ordens daquele, sem muitos meios eficazes de subir a um patamar maior dentro da economia rural:

---

<sup>16</sup> Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, 2017.

Dessa forma, o camponês fica dependente do mercado, que lhe exige mais produção de mercadorias, conseqüentemente, ele torna-se vítima do processo de flutuação de preços, dos juros decorrentes da compra de incrementos para a produção, entre outros. Esse caminho leva a duas classes de camponeses, uma rica, composta por pequenos proprietários capitalistas e uma classe de camponeses pobres, que vendem sua mão de obra para os primeiros, (SODRÉ, 2017, p.58).

O migrante que vem para uma cidade, traz consigo muitos sonhos, todavia nem sempre essa saída foi acompanhada de um desejo efetivo de mudança de vida, mas, em muitas situações, essa tomada de decisão vem de forma brusca e decorre do fato da expulsão de sua terra, de sua cultura e identidade própria, feita por um mandatário que tem a prerrogativa de aplicar a dita ordem no espaço de domínio de seu patrão, gerando uma saída forçada para que não acontecesse coisas piores com sua família. A noção de força se alia a de posse e ocasiona a movimentação pelo Espaço Geográfico, imbricada no capital que efetiva os processos de entrada e saída num lugar.

Feita a contextualização dos fatores ocasionadores do inchaço urbano em São Luís, propiciados, dentre outros fatores, pela nova constituição dos mecanismos do Espaço Urbano, ao passo em que vão modelando a sociedade perante uma nova cortina que se abre aos olhos dos “telespectadores”, ávidos com as novidades empregatícias e de uma maior remuneração, longe dos chão cheio de formigas da roça, é possível analisar, partindo de dados onde mostram o aumento populacional nos anos concernentes às décadas de 70 e 80. Em Formação do Espaço Urbano de São Luís, José Reinaldo apresenta tabelas que trazem anos iniciais do decênio de 70 até 1993<sup>17</sup>. Aumento é a palavra chave que perpassa todo esse período, onde o contorno urbano da cidade irá se alargar preponderantemente, fazendo com que áreas verdes sejam derrubadas a fim de se construírem moradias, de iniciativa do estado ou não. A respeito de todo esse cenário acerca do boom demográfico observado em São Luís, GISTELINCK comenta:

Em pouco mais de sete anos ‘(o trabalho é de 1988)’ a população de São Luís duplicou. O fluxo migratório do campo em direção às cidades é irreversível e quase incontrolável. Vários fatores contribuíram para isso: a problemática fundiária, a reforma agrária pouco efetiva, a industrialização, a atração da vida na cidade (TV, cinema, futebol). O IBGE identificou no Maranhão, em 1970, uma população de 3.081.000 habitantes, 75% na zona rural. Dez anos depois, registrou-se uma população de 4.200.000 e uma queda significativa para 68% na área rural; 32% já habitavam os centros urbanos. (GISTELINCK, 1988, p. 32).

---

<sup>17</sup> Atenção: embora a análise se restrinja somente até a década de 80, os anos iniciais da década de 90 também fazem parte do dado fornecido.

**Tabela 1- Evolução demográfica entre 1970 a 1993.**

TABELA 11  
EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS: 1970 - 1993

ANO	ÁREA		TOTAL	SL/MA (%)	TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO	
	URBANA	RURAL			INTERVALO TEMPORAL	Δ %
1970	205.413	60.073	265.486	8,87	1970 - 1980	5,41
1980	247.288	202.144	449.432	11,20	1980 - 1991	4,05
1991	246.213	448.986	695.199	14,10	1991 - 1993	3,06
1993*	-	-	738.327	14,51	1970 - 1993	4,76

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos do Maranhão, 1970/1980 1991. Apud FEITOSA & RIBEIRO, 1993.  
FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1994, p. 2-17.  
\* pop. estimada (01.07.93).

Fonte: RIBEIRO Júnior, José Reinaldo Barros, 2001, p.91.

Como se pode ver, de 1970 a 1980, a população urbana cresce esporadicamente. É importante salientar que essa porção numérica correspondente ao meio rural diz respeito à zona rural de São Luís, e não ao interior maranhense, daí o aumento também nesse setor. Outro ponto que chama a atenção se refere ao critério utilizado, desde a Lei nº 269, de 31 de dezembro de 1948<sup>18</sup>, para a diferenciação entre as áreas da Ilha que poderiam ser consideradas urbanas, no caso, São Luís e Anil. Haja vista que, nas décadas de 70 e 80, os conjuntos habitacionais já haviam entrado no cenário da metamorfose urbanística ludovicense, fazendo com que houvesse um espraiamento pela Ilha. Logo, mesmo que esses territórios não se enquadrassem às características da zona rural, ainda continuavam fora, pelo menos por enquanto, da zona urbana. (RIBEIRO JÚNIOR, 1998, p.94). Aqui se vê um certo atraso, do poder público, em relação a catalogação do espaço, visto que a São Luís desse período já se diferenciava em muito da organização urbana da década de 40. Já feita uma análise dos motivos que levaram ao aumento da população de São Luís, o próximo capítulo dedicar-se-á a ver qual foi a solução encontrada, pelo governo do estado, para isso.

<sup>18</sup> Informação retirada do Livro de José Reinaldo Júnior, ver referência no final do trabalho.

## **2. CONJUNTOS HABITACIONAIS EM SÃO LUÍS: ANOS 70 E 80.**

Já foi discutido no capítulo anterior a expansão da malha urbana de São Luís nas décadas de 70 e 80, bem como os motivos que levaram tal fenômeno a acontecer e, também foi feita uma breve capitulação dos novos bairros e conjuntos que passaram a existir na capital. Nesse capítulo, por sua vez, será problematizada a questão do governo de José Sarney na construção dos conjuntos habitacionais.

Cheio de mudanças e processos políticos e econômicos atrelados à configuração do mesmo, não é nem de perto um objeto de estudo fácil de ser compreendido no que tange a sua organização socioespacial, pois é necessário que haja uma teorização que compreenda os aspectos já mencionados e os correlacionem com a metamorfose que o ambiente habitado sofre durante o tempo. Esses itens, que compreendem o campo cultural, político, econômico, religioso e social interferem diretamente na configuração do Espaço Geográfico e produzem efeitos que podem ser tanto de cunho positivo como também de cunho negativo.

O positivo acontece quando, dentro do ambiente, existe uma justa qualidade de vida que englobe a segurança, saneamento básico, boa infraestrutura, dentre outros aspectos. Por outro lado, quando se nota a falta de alguns desses itens, é possível ver que no processo de configuração do bairro, comunidade, vila, povoado, cidade, houve uma quebra que atingiu de modo direto, negativamente, os indivíduos que compõem o lugar. Reforçando essa ideia, em seu artigo, Gonçalves, De Paula, Vieira, Barbosa e Gregório (2016), comentam: “Os diversos fenômenos que alteram o espaço natural e as inter-relações sociais fazem da cidade o reflexo da atuação do homem, muitas vezes sendo o palco da injustiça social e exclusão territorial.” (GONÇALVES, DE PAULA; VIEIRA; BARBOSA; GREGÓRIO, 2016, p.1).

### **2.1 A dinâmica da Urbanização: os conjuntos.**

A construção de conglomerados de casas que foram denominados de conjuntos habitacionais não iniciou-se em São Luís. Essa iniciativa, por parte do estado, foi tomada também em outras cidades do Brasil. Segundo BENVENGA (2011), já na Europa, existiam ideias urbanísticas que objetivavam a construção de habitações dentro de um novo contexto da Arquitetura Moderna. A principal função era escoar o excedente da população para lugares que, muitas das vezes, ficavam longe do centro da

cidade e que, desse modo, aumentariam os limites daquele lugar. Em seu trabalho, BENVENGA, comenta a respeito dos conjuntos construídos na década de 60, em São Paulo:

A demanda por habitação urbana é tema abrangentemente abordado pelo Poder Público, pela academia e pela sociedade como um todo. O déficit habitacional urbano brasileiro, segundo a Fundação João Pinheiro, era em 2007 da ordem de 5.180.000 unidades habitacionais<sup>1</sup> (19), sendo que 42% desse déficit localizavam-se em centros urbanos da Região Sudeste. É dado também por essa pesquisa que a maior concentração absoluta desse déficit está na Região Metropolitana de São Paulo, entre famílias com rendimento mensal de até dez salários mínimos<sup>2</sup> (20). (BENVENGA, 2011, p.11).

Logo, a intervenção estatal no quesito habitação popular, além de não ser algo novo não é algo que se restrinja a um dado território somente, pois as cidades, ao longo do tempo, além de verem mudanças em suas estruturas administrativas, veem modificações também e, principalmente, no aumento dos seus limites geográficos. A São Paulo do século XX, abordada pela autora, foi e continua sendo um claro exemplo de como o espaço urbano aumenta em consequência do aumento populacional e, este por sua vez, em consequência do avanço industrial.

A partir de 1964, com o começo do Regime Militar no Brasil, o espaço urbano sofreu alterações significativas em relação às cidades, tanto capitais, como também algumas cidades do interior. Logo nesse ano, foi criado pela deputada Sandra Cavalcanti, o Banco Nacional de Habitação (BNH), esse banco nacional ocupou um papel significativo no contexto de construção dos conjuntos habitacionais nas capitais brasileiras, pois foi a partir dele que o capital financeiro, através do SFH, outra instância criada também em 1964, saía a fim de ser empregado na construção das casas. Todavia, é importante, traçar, primeiramente, um panorama geral de como surgiu, no Brasil, essa preocupação por parte do Estado com o excedente populacional e onde o mesmo residiria.

Ainda no final do século XIX, as capitais brasileiras passaram por drásticas mudanças em seu aspecto urbano, com demolições de prédios antigos e considerados, por parte das autoridades políticas, como obsoletos e sem uso. Com isso, houve uma

---

<sup>19</sup> Esse número refere-se ao déficit habitacional total brasileiro que inclui, além dos domicílios rústicos, subnormais – sem infraestrutura adequada, coabitados, os domicílios depreciados pelo tempo e pela falta de conservação e os casos de ônus excessivos dealuguel. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2009: p.24. Aphud BENVENGA, 2014, p. 11.

<sup>20</sup> Para o Estado de São Paulo, 83% das famílias sem moradia tem uma faixa de renda até três salários mínimos. Para famílias de zero a dez salários mínimos há uma concentração de 98,8 % do déficit habitacional.



séria perda de muitas construções Históricas, como igrejas e demais prédios. Todo esse intento estava relacionado com a preocupação de cunho higienista que, por sua vez, tinha como meta, erradicar as doenças que se propagavam de forma acelerada nas cidades. Os cortiços, habitações onde viviam pessoas de baixa renda, eram um claro exemplo de insalubridade e meio de proliferação de epidemias.

Por outro lado, essas mudanças também propunham ‘modernizar’ as capitais, tendo como modelo as capitais europeias, símbolos de poder e eloquência. A capital do Maranhão também passou por esse período e teve algumas de suas ruas remodeladas e construções demolidas, como por exemplo, o antigo prédio onde se acredita que tenham se alojado os holandeses que por São Luís passaram e a antiga igreja de Nossa Senhora da Conceição, que ficava localizada na Rua Grande. Portanto, mais uma vez, têm-se o exemplo de como o Estado age como mão interventora direta na configuração do espaço geográfico urbano.

A partir do Governo de Getúlio Vargas, em 1946, vai haver uma maior preocupação com o dilema: onde colocar esse imenso contingente de pessoas? Como combater a favelização nas capitais? Sendo assim o Governo Federal cria a Fundação da Casa Popular (FCP). Nesse primeiro momento, o alcance será pouco se comparado à aos anos posteriores com o BNH. A respeito desse fato, PESSOA JUNIOR, comenta:

A entidade foi constituída com a capacidade de atuar nacionalmente, de definir políticas habitacionais e de financiar essas políticas estabelecidas. Ela serviu de molde, legal e administrativamente falando, para a criação posterior do BNH. Entretanto, o órgão FCP, apesar de deter respaldo legal para atuar e ter uma envergadura nacional em seu espaço de ação, teve resultados de produção habitacional considerados baixos. (PESSOA JUNIOR, 2020, p.561).

Havia ainda outra instância que se dedicava a essa questão, eram os Institutos de Aposentadoria (IAPs), que já na década de 30 despontavam como fomentadoras de construções de casas para profissionais de baixa renda, como metalúrgicos, professores e funcionários públicos. (BODUNKI, 1998). Desse modo, uma pequena parcela da população pôde ser atendida.

Em 21 de Agosto de 1964, o BNH entra em cena de forma expoente e eficiente na empreitada de modernização do país, tendo em sua gama de objetivos construir conjuntos de casas cognominados de habitacionais, onde haveria uma estreita relação entre o financiamento dessas casas e as Companhias de Habitação Popular (COHABs). Estas, por sua vez, se dirigiam a construir conjuntos para servidores dos

estados e demais profissionais de baixa renda. PESSOA JUNIOR (2020) comenta a respeito da criação e funcionamento do BNH:

O BNH foi criado com uma perspectiva de ação semelhante ao do FCP, possuindo, porém, características que lhe garantiram uma maior capacidade de ação. Dentre elas, está o fato de que o banco já foi fundado com uma autonomia financeira, ou pelo menos, com uma fonte autônoma de recursos. No caso, ela detinha o direito de 1% sobre os valores pagos de salários de todas as empresas brasileiras. Ao longo do tempo, ainda foi designado para domínio da entidade o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço<sup>21</sup>(FGTS) como fonte de obtenção de recursos para investimentos, passando a ter 8% sobre as folhas salariais em vez dos iniciais 1% (BRASIL, 1966). Essa expansão das fontes de recursos se deu, em boa medida, pelo início consideravelmente complicado da entidade. (PESSOA JUNIOR, 2020, p.05).

O BNH, portanto, foi criado dentro de uma lógica processual que utilizava, no caso, 1% sobre o que o trabalhador ganhava tendo como fim a arrecadação de uma soma para ser repassada para as empresas construtoras. Após um período, ele começa a ganhar “em cima” do FGTS, já com 8% sobre os salários dos trabalhadores. O dinheiro voltava para o BNH de acordo com o pagamento das parcelas que podiam durar até mesmo 20 anos. O lado positivo do negócio para quem conseguia uma dessas casas era o fato das parcelas irem diminuindo com o passar dos anos.

Outro aspecto importante e que está relacionado intrinsecamente com essa ação estatal é que por trás das construções, estava o sonho da casa própria e, desse modo, a ideia de propriedade privada e seu estímulo eram fatores que o Governo Militar tinha como meta: erradicar os ideais comunistas que tanto preocupavam os militares.

Outra instância do período é o Sistema Financeiro de Habitação (SFH). Este atuou de modo efetivo a partir de 1964, financiando a juros baixos os imóveis. Com isso, a parcela que mais foi atendida por esse órgão foi justamente a que detinha menor poder aquisitivo, visto que conseguia pagar as prestações das casas com o financiamento por parte do Governo e, em consequência desse fator, houve uma certa divisão, refletida na distribuição das pessoas pelos conjuntos, que separava aqueles que detinham mais detenção do capital dos que tinham menos. Daí vem a notória discriminação

---

<sup>21</sup> É um tributo aplicado em 8% sobre os salários, que deve ser pago pelas empresas mensalmente e é pertencente aos seus empregados. No geral, o empregado só tem acesso ao dinheiro desse fundo quando de sua demissão da empresa em que trabalha e lhe serve como uma poupança para que possa usar nesse momento delicado, sua origem foi uma forma de compensação pela perda da estabilidade do emprego que era garantida após 10 anos de carteira assinada e foi estabelecido em 1966 (PESSOA JUNIOR, 2020,p.05).

socioespacial existente, de modo nítido, em São Luís. É o que afirma, em seu trabalho, VASCONCELOS:

A partir daí, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), por meio de seu agente executivo, o Banco Nacional da Habitação (BNH), vai ser um dos principais responsáveis por consolidar elementos estruturantes de um planejamento gestado há décadas, consolidando também um processo de segregação espacial sistêmico: agora, ricos e pobres terão lugar definido no novo mapa da cidade, com planejamento prévio. (VASCONCELOS, 2014, p.18).

De 1970 a 1980, a cidade de São Luís teve sua malha urbana alargada de forma exponencial com os conjuntos construídos. Áreas longes do centro da cidade foram utilizadas para tal empreitada, o que ocasionou uma independência desse bairros em relação ao centro comercial que até então era o local onde a população ia em busca de suprimento. A partir daí, o comércio terá um lugar privilegiado, pois as pessoas irão buscar uma segunda alternativa para complementar a renda da família, abrindo mercearias e lojas nas áreas recém entregues. Assim sendo, aos poucos, o centro vai ficando somente para os que moravam perto do mesmo. Ademais, prédios que até então funcionavam no centro passam a funcionar nas áreas recém construídas, ligadas ao antigo núcleo urbano por avenidas. Um exemplo claro desse acontecimento foi a transferência do Palácio do Governo do centro para as imediações do Bairro do Renascença e do Cohafuma.

De 1969 a 1980 foram entregues<sup>22</sup> ao todo 13.196 unidades de habitação espalhadas pelos bairros: Residencial Caratatiua (1967), Cohab- Anil I (1968), Cohab- Anil II (1969), Cohab Anil III (1970), Ipase (1971), Maranhão Novo (1970), Coheb- Sacavém (1972), Radional (1974), Cohama (1975), Cohab- Anil IV (1976), Cohapa (1977), Parque Timbiras (1977), Cohatrac I (1978), Cohapam (1978), Cohajap (1978), Cohajoli (1978), Cohaserma (1978), Coharev (1979), Vinhais (1979), Bequimão (1979), Turu I (1979), Rio Anil (1979), Cohajapa (1979), Angelim (1980) e Cohafuma (1980). (RIBEIRO JÚNIOR, 2001, p.93). As camadas sociais da época foram espalhadas por esses bairros. O Cohafuma, por exemplo, atendeu aos professores e demais servidores da UFMA, o Cohaserma aos servidores do Estado, e assim por diante. A siglas de muitos dos conjuntos possuem um significado de acordo com o público alvo ao qual se destinavam. Cada conjunto, dependendo do valor do financiamento das habitações, atendiam a uma camada social, pois quem era mais pobre pagava menos, e quem tinha maiores condições, pagava mais.

<sup>22</sup> Atenção: os anos de entrega de cada conjunto estão entre parênteses.

São esses o significados das siglas dos conjuntos construídos em São Luís: COHAB- Companhia de habitação popular ( essa era o nome da Companhia que construiu boa parte dos conjuntos para pessoas de baixa renda, como o Vinhais, por exemplo) ou Conjunto Habitacional Brasileiro, COHATRAC- Conjunto Habitacional dos Trabalhadores do Comércio, COHAMA- Cooperativa habitacional do Maranhão, COHAFUMA- Conjunto Habitacional dos Funcionários da Universidade Federal do Maranhão, COHASERMA- Conjunto habitacional dos servidores públicos do Maranhão, COHAJAP- Conjunto habitacional Jardim Primavera, COHAJOLI- Conjunto habitacional jardim das oliveiras, CARATATIUA- vem do tupi- guarani “Lugar de Batata Grande”, COHAPAM- Conjunto habitacional dos profissionais autônomos do Maranhão, COHEB- Conjunto habitacional da Eletrobras Boa Esperança, IPASE- Instituto de Previdência a Assistência dos Servidores dos Estados, IPEM- Instituto de Previdência do Estado do Maranhão, RADIONAL- Rádio Internacional do Brasil. (CURVELO- MATOS, 2014).

O BNH (Banco Nacional de Habitação), o SFH (Sistema financeiro da Habitação), a COHAB do Maranhão, criada em 1966, pela Lei nº 2.637<sup>23</sup>, a Caixa Econômica Federal, atuando como braço financeiro e fomentador do BNH, a COHAMA (Companhia Habitacional do Maranhão)<sup>24</sup>, a INOCOP<sup>25</sup>, bem como as construtoras<sup>26</sup> que compuseram esse cenário de mudança do espaço citadino ludovicense fizeram parte do progresso urbano de São Luís nas décadas de 70 e 80.

É importante frisar que as COHABs se destinavam a orientar tecnicamente a construção das casas populares, onde o valor das prestações era mais baixo em relação a outros conjuntos. É o que confirma PACHECO (2019) com base em FERREIRA (2014):

“cujo objetivo principal era ofertar unidades habitacionais subsidiadas para a população que recebia entre um a três salários mínimos; pretendia também, promover projetos habitacionais com o intuito de recuperar e/ou erradicar os aglomerados de sub-habitações.” ( PACHECO, 2019, apud FERREIRA, 2014, p.5).

<sup>23</sup> PACHECO, baseada em FERREIRA (2014), apresenta essa Lei.

<sup>24</sup> Fundada com o objetivo de atuar na construção das casas, assim como a COHAB, dado que esta última não conseguiu, em 1967, atingir o número de construções que estava previsto. Fonte: *O Imparcial*, de 20/07/1967.

<sup>25</sup> Cooperativa que atuou na construção do Cohaserma.

<sup>26</sup> Como exemplo, têm-se a Master Incosa S.A (construiu o Cohaserma)- Fonte: ex - morador do Cohaserma- e a Gualo S/A (construiu o Anil)- Fonte: *O Imparcial*, de 25/07/1967.

Mas e quanto e aos impactos ambientais? a Ilha de Upaon Açú, cheia de rios, que hoje não passam de locais onde o esgoto é despejado, sofreu drasticamente a interferência do Homem dentro de seus limites, sem falar das imensas áreas verdes que foram derrubadas sem um prévio planejamento sustentável onde se pudesse preservar a natureza exuberante da ilha.

Uma antiga moradora do bairro do Vinhais, entrevistada<sup>27</sup> a respeito de sua trajetória na região, relatou:

“Na época, há 44 anos atrás, os governadores eram indicados pelo Presidente da República. Foi mais fácil a aquisição da casa própria para os funcionários públicos, devido suas prestações serem descontadas em seus contra cheques, já com financiamento da Caixa Econômica Federal, através do sistema da Companhia de Habitação Popular- COHAB, do Maranhão. Até a casa do funcionário que era alugada podia fazer o financiamento se fosse interesse do servidor.” (ROSÁRIO SANTIAGO, moradora do Vinhais entrevistada em 2022).

Como ficou evidenciado na fala dessa moradora de um dos conjuntos, Vinhais, o sonho da casa própria veio com muita força quando da construção dessas habitações. A mesma citou a Caixa Econômica Federal como uma entidade que já despontava nesse período fazendo as interligações financeiras entre o servidor público que conseguia uma casa e o capital.

Por outro lado, seria irrisório somente olhar o “lado positivo” dessa empreitada por parte do Governo da época, pois ao passo em que o desenvolvimento urbano no que se refere à construção de casas, prédios, avenidas, pontes e viadutos, soluciona alguns dos problemas urbanos, outros entraves vão surgindo e, muitas das vezes, por serem considerados de pouca ou nenhuma importância, não têm o devido olhar das autoridades. Somada a essa problemática, a discrepância entre zona nobre e zona pobre cresceu ao passo em quem na própria gênese de construção dos conjuntos e bairros os segmentos sociais foram divididos de acordo com os valores das prestações que deveriam ser pagas.

## **2.2 A discriminação socioespacial em São Luís, uma análise.**

Nas grandes metrópoles é muito evidente a desigualdade social nos seus bairros. Um turista, ao visitar qualquer cidade brasileira, por exemplo, não tem dificuldade para notar se um determinado bairro é nobre, de classe média ou pobre. Isso

---

<sup>27</sup> Entrevista feita no dia 11/11/22.

deve-se ao fato das características serem nítidas na própria organização do Espaço e, além disso pela efetiva ou não ação do Poder Público no mesmo. Condições básicas, como saneamento básico e organização das casas, demonstram, claramente, o nível de renda daquela determinada população que compõe o bairro.

De acordo com Petrus e Pereira Junior (2015, p.171), existe uma certa diferença entre desigualdade social e pobreza, mesmo que ambas possuam estreitas relações entre si. Para ele, a pobreza está mais relacionada com as privações que um determinado indivíduo sofre decorrentes da baixa ou inexistente renda que recebe. É aí que entra o conceito de desigualdade social, referente à má distribuição da renda entre as pessoas, ocasionando a pobreza.

A forma pela qual o ambiente é modelado pelos seus agentes reflete o perfil social, político e cultural do grupo que o constrói. Isso se evidencia, por exemplo, na diferença das paisagens urbanísticas das metrópoles europeias e brasileiras, embora o Poder Público tenha atuado efetivamente, principalmente no século XIX e XX, nas capitais brasileiras para tornar praças, ruas e demais lugares urbanos parecidos com os das cidades europeias, alargando avenidas e remodelando antigas praças. Aqui é possível se tecer uma crítica, pois essas ações que partem por dos políticos somente se dirigem às zonas onde a classe mais abastada mora, um exemplo bem evidente disso é o Centro Histórico de São Luís, onde casarões, igrejas, praças, ruas e outros lugares foram, ao longo do tempo, sendo modificados tendo como modelo, principalmente, as cidades de Lisboa e Paris, além de outras metrópoles europeias tidas como exemplo de civilidade e progresso.

Com isso, as zonas que ficavam fora dos limites do bairro do centro, não tiveram uma efetiva ação no que tange a um planejamento prévio de organização das casas e ruas. Essas zonas foram sendo ocupadas à medida em que a população crescia, sem nenhum ordenamento básico que contribuísse para uma melhor qualidade de vida e boa organização do espaço. É o que confirma PETRUS e PEREIRA JUNIOR:

Dessa forma, observa-se que os mais desfavorecidos habitam áreas mais desprivilegiadas. Este elo quase sempre resulta em maior precariedade urbana em todos os níveis de pobreza, tanto a objetiva como a subjetiva, sendo que a estigmatização de determinadas áreas gera discriminação, pois os espaços tendem a degradar-se cada vez mais, enquanto concorrem para alargar o processo de desigualdade social, onde o sentimento de pertencimento das pessoas se qualifica como um pertencimento a um status inferior da sociedade,

com sentimentos negativos em relação a si mesmo e à comunidade a que pertence. (PETRUS e PEREIRA JUNIOR, 2015, p.172).

Espaço e capital são conceitos que estão intrinsecamente ligados entre si, visto que o último age como fator determinante de como o primeiro irá ser organizado e qual será o perfil de quem o irá organizar, com ajuda do Poder Público ou não, mas será organizado ou, pelo menos, se tentará organizá-lo.

A distância em relação ao centro da cidade, como dito anteriormente, na esmagadora maioria das vezes, faz com que haja uma dificuldade e ineficiência da ação do Poder Público nas regiões tidas como periféricas, ou seja, fora da malha urbana considerada relevante no imaginário dos que detém maior poder econômico. Isso ocasiona, dentre outras consequências, aumento da marginalidade, proliferação do vício das drogas, pois os que as vendem irão ter maior facilidade para adentrar em áreas onde a Polícia Civil e Militar não está muito presente, aumento da prostituição (resultante da miséria social e da falta de órgãos que amparem as pessoas a fim de ajudarem a alcançar melhores patamares de vida), presença marcante de patologias resultante da falta, em muitas das vezes, de saneamento básico e presença maior do Sistema de Saúde Pública (isso se agrava mais quando se leva em consideração a não eficiência, em muitas ocasiões, do mesmo, com sérias dificuldades de se manter frente ao descaso e corrupção por parte dos políticos), zona onde se compram votos, decorrente também da miséria a que está submetida boa parcela da população brasileira, dentre outros aspectos que refletem a imensidade da desigualdade social que se vê em bairros tidos como periféricos.

Portanto, o local onde se vive é o espelho de como as relações sociais foram construídas desde o começo de sua fundação e de como as mesmas continuam a serem efetivadas no âmbito do cotidiano, o que envolve o aspecto social, político e cultural:

[...]A questão habitacional deve ser analisada com base nas questões sociais, econômicas e políticas. Devido à restrição do mercado privado, em especial do imobiliário, os moradores, para que possam ter direito à habitação, acabam por morar em lugares cada vez mais distantes do centro, ou mesmo em áreas de risco, ou em favelas que se formam próximas a esses centros.(CEZARIO E CAETANO, não tem o ano, p.5).

A discriminação social perpassa por vários aspectos, desde os de raça, cor e religião, como também os de vizes socioespaciais, ou seja, referentes ao lugar no qual certo indivíduo vive e constrói relações de convívio. Uma pessoa que nasce em um determinado lugar irá levar para a vida toda as marcas que compuseram seu cotidiano

desde os mais tenros anos de idade, daí o fato de existir uma clara discrepância entre os que vivem em bairros onde a ação política é vista com mais frequência e os que estão como que à margem da sociedade, habitando lugares sem muitas condições básicas onde se possa ter uma vida com qualidade. Somado a isso, tem-se o fator da violência e do banditismo, além de outros itens que foram comentados anteriormente, aliado à temática das drogas, que estão muito mais presentes em bairros de zona pobre.

A respeito da temática da violência aliada ao mundo das drogas, é esse um item que serve de modo exponencial para que haja a construção do preconceito por parte dos moradores dos bairros de zona nobre contra os da zona de baixa renda, onde os que moram em bairros periféricos serão estigmatizados com as características que se sobressaem nos jornais e demais meios de comunicação a respeito dos lugares onde habitam, vistos como pessoas com quem se deve ter cuidado para que não aconteça algum furto. É o preconceito escancarado a céu aberto. Isso se evidencia diariamente nas casas de pessoas ricas, onde as empregadas domésticas sofrem preconceito por morarem em bairros pobres, além também de sofrerem preconceito racial, pois muitas delas são negras, pessoas que carregam na pele todo o reflexo do período da escravidão e racismo.

Com o êxodo rural, a dinâmica de ocupação desenfreada do espaço foi a única alternativa que muitas pessoas encontraram para ter onde morar, até porque os IAPs não conseguiram atingir um número considerável de construção de habitações. Em 1964, com o BNH, SFH, aliados às COHABs e à Caixa Econômica Federal houve uma maior urbanização das cidades, onde os conjuntos eram planejados e os modelos das casas eram, em sua maioria, modelos únicos e repetitivos. Porém, devido às prestações mensais das casas, aqueles que não tinham nenhuma fonte de renda não podiam conseguir alguma casa dessas.

Por volta da década de 60, São Luís já despontava como uma cidade brasileira que também queria se urbanizar através de construções que contribuíssem para o progresso. Com o Governo estadual de José Sarney e seu slogan: “Maranhão Novo”, houve um investimento considerável em obras de infraestrutura. A construção da Ponte José Sarney, mais conhecida popularmente como Ponte do São Francisco, interligou duas áreas de São Luís, a área antiga, composta pelo centro e demais bairros antigos, e a



área nova, que foi para onde a classe rica da cidade se deslocou, ocupando a Ponta D'areia, Araçagi, Calhau e outras áreas que compõem a zona nobre da capital até hoje.

Com isso, essas áreas nobres irão sofrer um considerável aumento do valor de seu perímetro, o que ocasiona a especulação imobiliária, onde o preço do imóvel atinge um valor onde somente quem tem um alto poder aquisitivo pode comprar algum apartamento, casa ou terreno que esteja dentro dessa área. A respeito dessa nova configuração do espaço ludovicense, nesse período, MORAES afirma que:

Após a sua criação, os indivíduos empobrecidos foram excluídos da marcha de modernização ocorrida na urbe, pois não tiveram como acompanhar o ritmo do capital imobiliário. Por outro lado, a inserção da elite em bairros de grande valorização estimulou o investimento na construção de imóveis e no estabelecimento de uma ampla rede de serviços e espaços de lazer. (MORAES,[s.n], p.2).

Portanto, ao mesmo tempo em que a Urbanização traz o progresso para as cidades, com mais infraestrutura e facilidades para os moradores<sup>28</sup>, as próprias inovações não alcançarão a todos, visto que a delimitação de territorialidades divididas entre as classes sociais terão como consequência direta a formação de 'guetos' onde a sociedade precisa ser separada à força dentro do âmbito da desigualdade social.

Em São Luís, os conjuntos habitacionais são um reflexo da discriminação por renda, pois cada conjunto tinha um valor específico de prestação a ser paga mensalmente. Com isso, foi-se dando<sup>29</sup> em São Luís, a composição de bairros delimitados pelo poder aquisitivo (sendo este maior ou menor, a depender do trabalho executado pelo indivíduo dentro do estado) compostos por um tipo específico de segmento social, como explicitado no item 2.1, de acordo com as siglas de cada conjunto. Um morador do Cohaserma, por exemplo, à época, tinha mais poder aquisitivo do que o que morava no Maiobão, Vinhais e Anil, dado que esses últimos conjuntos citados foram supervisionados pela COHAB, que se destinava às casas tidas como "populares". Portanto, é inegável afirmar que essa distribuição referente aos valores monetários mensais gerou uma discriminação efetiva dos habitantes com menor poder aquisitivo.

---

<sup>28</sup> Lembrando que nem todos são contemplados com esse dito "progresso", as classes menos favorecidas sempre ou quase sempre ficam de fora das melhorias pelas quais as cidades passam, logo porque suas moradias, muitas das vezes, estão longe dos grandes centros onde são notadas essas mudanças "positivas".

<sup>29</sup> É importante ressaltar que o surgimento dos conjuntos não foi um fator que inciou a desigualdade socioespacial, considerando-se que desde o surgimento de uma cidade, as camadas mais abastadas são privilegiadas dentro do espaço ofertado, em detrimento das camadas médias e baixas da sociedade.

O bairro da Cidade Operária, por exemplo, é tido pela população como um bairro onde a maioria das pessoas são de baixa renda e onde o crime superabunda, além de se ter, nesse bairro, um grande contingente populacional que se dividiu ao longo das décadas posteriores a sua entrega (visto que se trata de um conjunto habitacional) e formou outros bairros ao seu redor. Em fotografia encontrada no arquivo do jornal *O Imparcial*, dos anos 80, a Cidade Operária aparece nos seu início, antes de ter se tornado um bairro independente do centro de São Luís.

**Figura 3 Cidade Operária (anos 80).**



Fonte: @minhavelhasaoluis, via @slzmemoria, créditos @oimparcial, (2/11/2022).

Na fotografia acima, que foi tirada por volta dos anos 80, a Cidade Operária demonstra, ainda, seus passos iniciais, como um conjunto simples que não mostra, a uma primeira análise, o tamanho exponencial do que é hoje.

Conjuntos como Cidade Operária, Cohab, Cohatrac, dentre outros que ficavam distantes do centro, não eram bem vistos pela população, por isso houve muitas desistências quando as pessoas eram sorteadas com casas nessas localidades. Hoje, porém, o que se vê, é que esses conjuntos se tornaram ‘mini cidades’ onde se tem de tudo, tornando-se cada vez mais áreas com uma independência ao centro referente ao comércio e à saúde<sup>30</sup>, por exemplo. Por isso muitos moradores não precisam resolver

---

<sup>30</sup> Sobre a questão da indenpendência relacionada ao campo da saúde, o Hospital de Urgência e Emergência Dr. Clementino Moura- Socorrão II, configura-se como uma unidade de saúde que atende a

problemas no centro, somente quando é extremamente necessário se faz isso.

### **2.3 O ambiental e o progresso, a relação conflituosa.**

Na metamorfose existente entre a relação Ser Humano e Espaço Geográfico, na qual ambos se entrelaçam entre si de modo que as identidades vão sendo construídas, existem consequências para os dois lados e estas, por sua vez, podem ter reflexos negativos no que se referem aos impactos perceptíveis que são causados por essa relação estreita e natural. Um exemplo de impacto negativo que está dentro dessa relação é a degradação ambiental causada pela ação sem planejamento prévio por parte do Homem, onde os rios, matas, animais, flora e fauna de um modo geral, têm seus ambientes naturais destruídos e, conseqüentemente, uma extrema dificuldade de reprodução e manutenção da cadeia alimentar. Logo, ao mesmo tempo em que o Ser Humano interfere no ambiente em que vive e, muitas das vezes, causa destruição na natureza, ele “colhe justamente o que plantou”, tendo sua qualidade de vida ameaçada. É isso que acontece diariamente no mundo global atual, onde a ávida vontade de se obter lucro não se preocupa com as conseqüências que daí podem advir.

Nas metrópoles brasileiras, principalmente as do Sudeste, onde houve um acelerado crescimento industrial no século passado, podem ser citados exemplos de poluição efetiva na natureza. Em São Paulo, o imenso Rio Tietê foi atingido exponencialmente pelo esgoto e substâncias químicas despejadas em suas águas. Um banho refrescante, que nas décadas iniciais do século XX eram costumeiras, já não pode ser efetivado pelos cidadãos. Destarte a esse exemplo, no Rio de Janeiro as imensas favelas destruíram a camada vegetal e florestas que embelezavam os morros cariocas, pois boa parte da população pobre não teve espaços para construir suas habitações, visto que o Governo, no período de formação das favelas, que começou desde o século XIX, com a abolição da escravatura, não se preocupou com essa questão.

Em relação ao uso e ocupação do solo pelo modelo econômico capitalista, é relevante dizer que a ampla procura pelo espaço onde se poderá lucrar com baixos custos, sem levar-se em consideração as conseqüências negativas advindas da não utilização sustentável dos recursos naturais, não é algo que se desconecta do processo de urbanização das cidades, onde obras de moradia e infraestrutura, na maioria das vezes

---

uma grande parcela da população de São Luís, fazendo com que exista uma assistência considerável à zona leste de São Luís.

não se importam em colocar na prática muitos dos princípios que fazem parte do bojo das construtoras. Aliás, esses princípios ou valores são, quase sempre, usados somente como propaganda e camuflagem para que os que estão do lado de fora acreditem que o progresso carrega consigo a preocupação com a preservação da flora e fauna naturais das cidades.

PEREIRA (2001), analisa o papel que é desempenhado pelo capitalismo dentro do processo de urbanização:

O mecanismo essencial de produção da cidade capitalista baseia-se no princípio econômico da busca do máximo benefício, segundo o qual o solo, bem escasso e de uso necessário para todos, é convertido em valor de troca, ao aplicar-se capital e trabalho mediante a urbanização e a construção. Os elementos da cidade (solo, edifícios, habitações) convertem-se em mercadoria, comercializada como qualquer outra, com preços fixados pela lei da oferta e demanda. (PEREIRA, 2001, p.36).

Sendo assim, o conjunto composto pelo solo, edifícios e habitações estão intimamente atrelados à ideia de mercadoria ao pé da letra. O que está em jogo, segundo a lógica do capital, é atingir o máximo de valor monetário possível. A própria ideia de avanço já carrega consigo um viés de facilidade e de maior ganho financeiro que é preciso ser alcançado senão os gastos não serão descontados no lucro.

A poluição de rios, igarapés, lagoas e demais águas correntes, com o esgoto, principalmente, acarreta consigo danos inimagináveis para o equilíbrio da cadeia alimentar. Os peixes são os primeiros a sentirem as consequências disto. Logo, a atividade da pesca é atingida de modo com que os pescadores sejam prejudicados financeiramente, não ganhando o mesmo que antes e não tendo meios suficientes para sustentarem suas famílias. É o que vem ocorrendo no rio Jaguaribe, em João Pessoa- PB. De acordo com Bonifácio<sup>31</sup> e Abílio<sup>32</sup>, baseado em LEMO (2003, p.94), afirmam que, em João Pessoa, o paul<sup>33</sup> foi sendo degradado à medida em que o próprio rio Jaguaribe foi sendo poluído:

[...] entre 1979 e 1983, ocupação de forma legalizada, através da implantação dos conjuntos habitacionais e loteamentos, e após 1983, ocupação de forma ilegal nas áreas de preservação ambiental, e loteamentos clandestinos em terrenos particulares .

---

<sup>31</sup> Bióloga. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFPB. Campus Universitário I – CCEN. CEP: 58051-970, João Pessoa, Paraíba. kallynebonifacio@yahoo.com.br

<sup>32</sup> Biólogo. Mestre em Zoologia. Doutor em Ecologia e Recursos Naturais-UFSCAR. Prof<sup>o</sup> do DME/CE/UFPB. chicopegado@hotmail.com.

<sup>33</sup> Áreas que fazem parte do entorno do rio, com característica de pântano.

Portanto, de acordo com essa observação, a construção dos conjuntos habitacionais contribuiu de modo relevante para a não manutenção da qualidade da água, bem como do próprio entorno do rio. Com isso, a paisagem mudou drasticamente, além da mudança também ter afetado a própria relação que os habitantes que moram no entorno do rio têm com o mesmo.

A construção dos conjuntos habitacionais nas cidades, como um todo, ocasionou uma perda enorme das matas nativas de cada região, carregando com isso a diminuição dos cursos d'água, espécies animais e vegetais, bem como a extinção, em muitos locais, dos ambientes de lazer naturais que outrora a população usava nas horas vagas, como sendo uma clara evidência da retaliação da natureza que não é respeitada frente ao progresso desenfreado. Isso se evidencia na fala de PEREIRA (2001):

A precariedade de saneamento básico, além de problemas de saúde pública, tem como consequência direta a degradação da qualidade hídrica. Entre as principais fontes de poluição da água superficial e subterrânea estão: lançamento de esgotos domésticos; lançamento de esgotos industriais; lançamento de águas pluviais, através de galerias; água de escoamento superficial, água de infiltração e lançamento direto de resíduos sólidos e outras impurezas.<sup>50 (34)</sup> (PEREIRA, 2001, p.47).

Em São Luís, não foi diferente. Cortada por rios, tendo como principais os rios Bacanga, Anil, Tibiri, Paciência, Santo Antônio, Chachorros e Jeniparana, entre outros, o que se vê atualmente é a imensa poluição desses cursos d'água que há pouco mais de 40 anos atrás serviam como fonte de lazer e até de renda para os moradores de São Luís que, por sua vez, agora precisam deslocar-se para o interior do estado para poderem tomar um banho de rio. De acordo com LÚCIO ANTÔNIO<sup>35</sup> (2012), baseado em MACEDO (2015):

“a situação de um terço das águas na Ilha do Maranhão é de intensa contaminação, nos rios da Ilha onde 3 a 5 m<sup>3</sup>/s são lançados esgotos "In natura" por uma população em torno de 1,2 milhões de habitantes, a poluição compromete os mananciais cuja vazão média dos rios é da ordem de 10 m<sup>3</sup>/s [...]”. (LÚCIO ANTÔNIO, 2012, p.6). aphud (MACEDO, 2015)

As construtoras que ergueram os conjuntos, nas décadas de 70 e 80, não se preocuparam em preservar os rios de São Luís. O que se pode afirmar é que muitos cursos d'água que desembocavam nos rios ou no próprio mar, tiveram seus leitos poluídos pelo esgoto que vinha das casas. As imensas áreas verdes que contribuíam para

<sup>34</sup> Nota da autora: Os principais fatores de poluição hídrica estão indicados em MOTA, S. Urbanização e meio ambiente. Rio de Janeiro: ABES, 1999.

<sup>35</sup> Engenheiro Sanitarista Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo Professor do Departamento de Saúde Pública da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: omegaeng@elo.com.br

que a cidade tivesse um maior número de pluviosidade e um clima mais ameno diante do forte calor característico do clima equatorial quente e úmido, foram, em sua maioria, devastadas para que as casas pudessem serem erguidas. É óbvio que seria necessário que houvesse uma derrubada de árvores, mas o problema principal é que não houve um manejo que tornar o processo de construção e urbanismo com um viés sustentável.

Segundo o relato de Rosário Santiago (moradora do conjunto do Vinhais), era muito comum ver animais nas ruas do conjunto recém acabado, é o que ela conta:

Os contemplados pela Companhia de Habitação Popular do Maranhão-COHAB, tinham seus nomes publicados no jornal da cidade e meu pai foi um deles, no dia 20 de dezembro de 1978. A casa foi entregue no dia 2 de fevereiro de 1979. Na época, o sorteio para saber o endereço foi colocando a mão no saco e, para sorte de todos, o chaveiro já vinha com número da casa, quadra e rua, no mesmo dia fizemos a mudança. Fomos os primeiros moradores da Rua 51... o conjunto não tinha asfalto, água, nem energia, assim, já de posse da chave, foi providenciada as instalações. O local foi desmatado para construção das casas. Com isso, aparecia diversos animais, como preguiça, macaco, jacaré, cobra, etc. (ROSÁRIO SANTIAGO, PRIMEIRA MORADORA DA RUA 51, NO VINHAIS).

Portanto, os animais foram afetados diretamente com a perda de seu hábitat natural, tendo que se refugiarem nas poucas zonas verdes que sobraram. Uma delas fica entre o Vinhais e o Cohafuma, onde ainda é possível se ver jacarés vez ou outra, dentro de um lago formado pela passagem de um curso d'água, que também virou local de despejo de esgoto, com um odor fétido que incomoda quem passa por perto. Ironicamente, algumas pessoas já foram avistadas pescando nesse curso d'água, resta saber se sua saúde foi beneficiada com esse intento. Logicamente que não.

Ainda a respeito do Vinhais, é sabido por parte dos antigos moradores, que existia uma mina d'água que cortava o conjunto, servindo para abastecimento de água, inclusive, devido aos problemas de falta de água que acompanharam os anos iniciais de existência do bairro. Segundo relato de um ex morador da Cohama, conjunto que faz divisa com o Vinhais, esse córrego foi aterrado. Procurado o motivo para tal ação nefasta, uma moradora do Vinhais afirmou que, talvez, isso se tenha dado devido ao motivo de que quando chovia muito, o córrego transbordava. Ação irrefletida, pois poderia se ter planejado outra alternativa que não fosse acabar com esse recurso natural, que, por sua vez, poderia servir de lazer, talvez, para os moradores do conjunto.

Frente à conquista de se obter uma casa própria, o meio ambiente sofre impactos diretos na sua gênese, tendo dificuldade em se manter equilibrado e asfixiado

pelo Homem, que não reflete nas consequências que, porventura, seus intentos poderão ter, sendo alvo de suas próprias ações. A solução para isso, de acordo com LÚCIO ANTÔNIO (2012, p.11):

O crescimento urbano sem planejamento acarretou problemáticas estruturais no espaço do município de São Luís, que só comportaria 500 mil habitantes e hoje tem o dobro desta população; portanto, precisa urgentemente de um ordenamento ambiental em que, sem proibir que a cidade se expanda, proteja áreas de interesse ambiental que a legislação federal determina, proibindo implantação de conjuntos residenciais em áreas de APP (Áreas de Preservação Permanente). (LÚCIO ANTÔNIO, 2012).

O Rio Paciência, que separa a área pertencente ao município de São Luís da área de São José de Ribamar, já não serve mais para lazer e muito menos para consumo, pois sua água encontra-se poluída pelos esgotos provenientes do Maiobão e demais conjuntos próximos. Anteriormente a esse processo, era um local onde se lavava até carro, devido a imensa quantidade de água que tinha, além de servir para banho e consumo. É uma imensa tristeza a situação dos rios de São Luís, que antigamente, antes da construção dos conjuntos, serviam para entreter a população. As gerações a partir dos anos iniciais da década de 90 já não puderam saber “na pele” o que seus pais e avós contam a respeito dos banhos nesses rios.

Como se não bastasse esse problema, aliada à poluição dos rios de São Luís, está a poluição das praias, que na maioria das épocas do ano estão impróprias para banho, limitando, assim, a utilização desse cartão postal ludovicense tanto pela própria população como também pelos turistas de vários estados e países que vêm conhecer as bonitas praias que formam a orla marítima da capital do Maranhão.

### 3. COHASERMA: é possível haver uma identidade?

Um bairro corresponde a uma região onde existe um conjunto de casas, onde as pessoas constroem redes de sociabilidade e desenvolvem atividades básicas de consumo, como o comércio e outras. Os bairros de uma cidade são um reflexo da própria História dela, a começar pelos bairros iniciais, onde os traços de cada época são evidenciados na arquitetura, nos modelos de construções e nos próprios relatos que ficaram registrados na memória dos mesmos. Estudar a História de um bairro é muito mais do que catalogar fatos e eventos que fizeram parte da trajetória dele, é adentrar no cotidiano das pessoas que o compõem. A entrevista assume um papel crucial nesse quesito ao passo em que dá voz aos moradores, fazendo com que suas memórias sejam evidenciadas. Sendo assim, assume um papel humanitário, elevando um indivíduo morador de determinado bairro à condição de testemunha Histórica e agente dessa mesma História.

Silva (2013) e Cassab (2013), aphaud Mayol (1996), cita em seu trabalho que o bairro pode ser definido como um:

[...] pedaço de cidade atravessado por um limite distinguindo o espaço privado do espaço público: é o que resulta de uma caminhada, da sucessão de passos numa calçada, pouco a pouco significada pelo seu vínculo orgânico com a residência. (SILVA, 2013, p.2) aphaud (MAYOL, 1996. pag. 41).

Sendo assim, estudar o bairro perpassa pelas ideias de residência, espaço privado e, ademais, a noção de família enquanto órgão onde as primeiras relações interpessoais se desenvolvem e como as famílias, plurais entre si, se correlacionam dentro desse espaço denominado bairro, movimentando o dia a dia do mesmo.

Esse capítulo pretende expor a História de um dos conjuntos habitacionais de São Luís, o Cohaserma, dando voz a alguns dos moradores antigos que acompanharam de perto a desenvoltura do conjunto ao longo de quatro décadas, tempo esse no qual gerações já foram formadas e impactadas pela política habitacional dos anos 70 e 80. A missão principal dessa etapa é levar à público qual a identidade do Cohaserma, por isso se pretendeu utilizar o termo de “cohasermano (a)” justamente para evidenciar essa identidade existente dentro do conjunto, que envolve meios de sociabilidade (nesse quesito entra, principalmente, a praça do Cohaserma), além de uma prática devocional católica que já faz parte do “mês de maio cohasermano.”

#### 3.1. Cohaserma: “entre relatos e boas lembranças.”



O conjunto do Cohaserma (Conjunto habitacional dos servidores do Estado do Maranhão), tem 44 anos de existência e é composto por 26 ruas e três praças. Faz parte do grupo de conjuntos habitacionais construídos nas décadas de 70 e 80, em São Luís. É composto por pessoas em sua maioria com uma condição financeira que os classifica como pertencentes à classe média. De acordo com um antigo ex- morador, Celso Batista, o Cohaserma foi construído pela construtora Master Incosa S.A e, ainda de acordo com outra ex- moradora, a Socorro Cruz, a COHAB<sup>36</sup> do Maranhão não teve relação com a construção do Cohaserma, visto que esta se dirigiu a bairros mais populares.

Procurar ouvir os moradores que chegaram no Cohaserma nos seus anos iniciais propiciou um diálogo proveitoso que demonstrou como era o cotidiano e funcionamento do bairro, ainda com as peculiaridades que faziam parte do século passado, tais como as boas conversas na porta, as brincadeiras nas ruas, as apresentações do período junino, bem como outras atividades relacionadas ao lazer, que faziam parte da vida de quem morava em bairros seguros, quando a criminalidade ainda não estava tão em voga como atualmente, e ainda era possível caminhar tranquilamente pelas ruas e desenvolver-se relações de sociabilidade.

Esse laços de sociabilidade criam identidades que constroem redes de pertencimento a determinado lugar e região, o que origina as diversas culturas que compõem o globo. Em relação ao bairro, isso não é diferente, visto que o Ser Humano é um agente social que deixa marcas por onde passa.

Em seu trabalho, Wiggers (2013) aborda sobre a questão do pertencimento existente entre os moradores com o seu bairro, Caieira da Barra do Sul, localizada ao sul da Ilha de Florianópolis- SC, elencando a casa como fator preponderante na construção de identidade com o bairro. Ela diz que:

Na Caieira, o convívio na casa é o elaborador das relações de parentesco. No entanto, não é apenas esse convívio que cria parentesco aleatoriamente, uma vez que o resultado é mediado por formas coletivas de organização social, compartilhadas pelos moradores da Caieira da Barra do Sul. Se essa organização fosse aleatória, cada família teria uma organização familiar diferente. E não é isso que acontece, a casa tem um padrão – uma estrutura –, que orienta a forma de organização compartilhada pelos moradores “daqui” da Caieira. (WIGGERS, 2013, p. 159).

Portanto, a noção de casa enquanto órgão, e não somente como casa, é importante para que se entenda a própria gênese do local onde está inserida, pois o

---

<sup>36</sup> Companhia de Habitação Popular.

bairro é resultado das ações dos que moram em seus limites, além do Poder Público. Nele são evidentes os problemas sociais e o nível de poder aquisitivo dos seus moradores.

A desigualdade social é um tema que pode ser estudado “à céu aberto” nos bairros de uma cidade. Em São Luís, bairros que tiveram suas origens em invasões, são tidos como pobres e perigosos, mas o problema é que, com isso, o preconceito estigmatiza os moradores que o compõem, fazendo com que sua cultura pluralizada não seja evidenciada e valorizada pelo conjunto da população.

Em matéria do *Imparcial* (2018), na qual se trata dos cem anos do bairro Liberdade, é enfatizada as manifestações culturais existentes em seu território, tais como tambor de crioula, bumba meu boi, festa do Divino, dentro outros movimentos. É o que ficou evidenciado na fala de um antigo morador entrevistado:

Além de ser um bairro de grande importância para a economia do estado, o Matadouro se destacava pelas atividades culturais e datas festivas. Boi de Seu Leonardo (Boi da Liberdade), Boi de Seu Apolônio (Boi da Floresta), tambores de crioula, festa do Divino são algumas das manifestações culturais diversas, advindas de vários cantos da Baixada Maranhense, além dos grupos e artistas do segmento do reggae, blocos tradicionais, casas de culto afro, entre outros. (IMPARCIAL, 2018).

Fica evidenciada nessa fala a imensa grandeza que um bairro pode oferecer aos seus moradores, fazendo com que haja união entre seus integrantes tendo em vista o divertimento. Isso é que “faz o bairro” ser o que ele é, e seus moradores sentirem orgulho de pertencerem a ele.

A História Oral, dentro da missão de resgatar seja a memória individual ou coletiva, é imprescindível para a consecução das entrevistas e coletas de dados, pois, a partir dela, os pressupostos teóricos e metodológicos são expostos e vislumbrados a fim de que haja um rigor no momento da pesquisa. História viva, é nisso que se constitui a História Oral. Ela transpõe as experiências vividas pelos indivíduos a fim de se tornarem vivas a partir da voz dos mesmos.

No Cohaserma, de acordo com uma antiga ex- moradora, “viver em seus limites foi um imenso prazer, meio de construção de amizades excelentes e que perduram até hoje” (Elba Martins, entrevista realizada em novembro de 2022). Ela comenta ainda que:

“Quando cheguei no Cohaserma, já o encontrei todo habitado. Compramos a casa na mão de um senhor chamado Raimundo Braga (in memoriam). Conversávamos na porta (eu e meus vizinhos), não existia medo de ladrões como se tem atualmente. Foi com essas amizades que tive conhecimento das rezas que ocorriam no mês de maio para Nossa Senhora. Através de minha vizinha Auxiliada Moreira (in memoria), entrei na Legião de Maria<sup>37</sup>, grupo do qual faço parte até hoje, embora já não consiga frequentar as reuniões.”(ELBA MARTINS, entrevistada em 2022).

O Cohaserma, atualmente, já possui muitos moradores novos e que não têm conhecimento das histórias antigas do bairro. Com isso, vai-se perdendo a noção de orgulho e pertencimento a um local e seu habitantes. Isso deve-se, em grande parte, à falta de conexão existente entre os mais novos e os mais velhos, ou seja, os mais novos já não tem a devida preocupação em preservar a memória de seus pais e avós, chegando a dar uma maior importância a “coisas de vêm de fora”, em detrimento de suas “raízes”. Segundo Elba, “alguns de seus filhos, netos e bisnetos não preservam aquilo que foi repassado a eles (as) desde a infância”, comenta com tristeza. É esse um grande entrave para a preservação da cultura e memória do passado.

O senhor José Vital, um dos primeiros moradores da Rua 10, do Cohaserma, disse que “quando as casas foram entregues, o muro era de responsabilidade do proprietário”. (José Vital, 2022). Desse modo, depreende-se que, mesmo que não tenha sido erguido sob a administração da Cohab do Maranhão, as casas do Cohaserma também foram entregues sem alguns acabamentos. É o que confirma a senhora Socorro Cruz, que morava na rua 13, quando disse: “eu lembro que muitos até reclamavam que suas casas estavam sem piso e que o telhado das casas era ‘brasilit’, e não de cerâmica, levando a entender que fizeram isso como que para se economizar com despesas” (SOCORRO CRUZ, 2022).

Atualmente, a maioria das casas já foram alteradas no tocante a sua arquitetura original, muitas até já possuem dois andares. Isso demonstra que o espaço vai sendo transformado com o passar do tempo, tendo em vista melhorias e progressos. No caso das casas do Cohaserma, é possível dizer que as casas foram modificadas justamente tendo em vista um melhor conforto, bem como um maior embelezamento da casa própria. Somente algumas casas conservam a originalidade do período em que foram entregues.

---

<sup>37</sup> A Legião de Maria constitui-se em um movimento da Igreja Católica. Foi fundada em 07 de Setembro de 1922, por Frak Duff e um grupo de senhoras católicas, tendo como objetivo a evangelização. É um exemplo de apostolado que desponta como imensa importância para as atividades da Igreja.

Maria Olívia<sup>38</sup>, ex- moradora do Cohaserma, relata alguns fatos que fizeram parte da sua história e que se relacionam intrinsecamente com o conjunto do Cohaserma:

“À convite da minha irmã Zulmira, que tinha 3 filhos pequenos, vim da Bahia, em 1983, para São Luís, e residi no Cohaserma há muitos anos. Fui levada para a Legião de Maria à convite da minha irmã, que funciona até hoje na igreja da Santíssima Trindade, aos sábados. Fazíamos trabalhos legionários visitando os doentes, dentre outros afazeres. Conheci as moças, filhas de dona Elba Martins, com as quais fiz amizades e saíamos para as praias, discotecas e também jogávamos vôlei, e nesse tempo era muito tranquilo, não tinha tanta violência como hoje. Além disso, tinham os aniversários nas casas com a juventude, era muito bom, coisas que a gente vai lembrando sobre o Cohaserma..” (Olívia, entrevista realizada em 2022).

As décadas de 70 e 80, como ficou evidenciado na fala anterior, foi um período de grande efervescência musical, com as discotecas que funcionavam na cidade. Havia uma discoteca na Avenida Daniel de La Touche, conhecida como “Discoteca Sombra”, que servia como ponto de encontro para a juventude da época. Maria Olívia conta que: “naquele tempo não era como hoje, onde nas festas rola de tudo. Mudanças de paradigmas? Talvez, se for levado em conta o fato de que nem nas festas se pode divertir-se mais como antes”.

Com o relato anterior, vê-se que atualmente a juventude já não se relaciona tanto como em tempos passados, onde existia uma forte conexão entre as pessoas no sentido do interesse em se relacionar, construir amizades, conversar, se divertir coletivamente, dentre outros aspectos. Atualmente, o que se observa é uma grande parcela de jovens sedentários, dentro de suas casas, somente com o celular e com outros aparelhos eletrônicos para se divertir. Isso acarreta sérios problemas negativos para o desenvolvimento do Ser Humano, pois o mesmo não foi feito para ficar somente dentro de casa sem gastar energia, daí advém o aumento considerável da obesidade e da depressão, principalmente entre os jovens. Depreende-se que ao mesmo tempo em que a tecnologia traz benefícios, também acarreta a “aproximação”ilusória, em muitos casos, das pessoas. É o que confirma ENES E SLATER (2013, p.168): “Nesse sentido, o maior tempo dedicado às atividades de baixa intensidade, como assistir televisão, usar computador e jogar videogame, tem contribuído para o ganho de peso dos adolescentes.”

---

<sup>38</sup> Ver biografia no final do trabalho.

Outra pessoa entrevistada, Márcia Regina da Luz (entrevistada em 2022), compartilha suas boas lembranças que, segundo ela marcaram a sua juventude e possuem estreita ligação com o Cohaserma:

“Quando eu fui morar no Cohaserma, era um bairro muito calmo, dava pra você brincar à vontade, não tinha essas violências que têm hoje, você não pode ficar nem na porta da rua mais. Então, lá o bairro sempre foi calmo, não sei se continua, entendeu? E aí tinha as brincadeiras à noite, quando a gente chegava da escola depois que a gente jantava e ia pra porta da rua brincar de esconde- esconde, cola- cola, rouba bandeira, queimado, eram essas brincadeiras que a gente tinha quando éramos criança. E no final de semana tinha vôlei, vinham pessoas da rua 17, 18, 13, 12, de todas as ruas para a nossa rua (16). Era muito bom, foi uma época boa demais! Quando chegava o São João, íamos de porta em porta para saber quem queria participar das brincadeiras...todo mundo cooperava, cada um levava um prato, a gente fazia fogueira, fechava a rua, botava um ‘sonzinho’, todo mundo dançava à vontade. Então era uma coisa muito boa! E hoje em dia não tem mais, hoje não se vê mais ninguém brincando, entendeu? Por exemplo, a gente conheceu o Boi Barrica naquela pracinha ali. Era bem simples, com poucos brincantes, a gente ia pra lá ver ele dançando. Quando chegava dia das crianças também a gente fechava a rua, fazíamos gincana, com a brincadeira do saco, queimado, com ovo ns colher. Os vizinhos sempre foram prestativos. Eu sinto muita falta da minha infância, eu gostei demais! No natal era cada um na sua casa, embora eu ache o natal uma época um pouco triste. São essas as lembranças do Cohaserma, era uma época boa, as brincadeiras não tinham malícia.” (MÁRCIA, 2022).

Fica evidente, nesse relato, as peculiaridades que existiam, à época, no Cohaserma. Atualmente, o que se vê nesse bairro é um temor muito grande em sair à porta, não existe mais a conversa entre vizinhos no final da tarde, as ruas sempre estão desertas, oferecendo até mesmo um certo perigo para quem precisa trafegar por elas. A liberdade em sair para se dialogar com vizinhos não faz mais parte do cotidiano do conjunto. A criminalidade, com agentes vindos de bairros periféricos circunvizinhos, não permite mais o lazer, a não ser em uma recente obra pública que será melhor abordada no próximo item.

Outro ponto interessante que ficou evidenciado no relato dessa ex- moradora foi o fato da mesma afirmar “naquela época”, há uns 40 anos atrás, a “malícia” não era um fator preponderante nas festas entre amigos e parentes. Aqui entra um ponto crucial para reflexão, em que sentido essa mudança de comportamento referente à relação entre indivíduos se correlaciona com os tempos atuais? Ou seja, nas décadas atrás existia de fato um maior respeito entre as pessoas ou isso é somente um certo saudosismo de quem pôde divertir-se à vontade e voltar às 23:00 horas, a pé, para casa, junto com amigos (as), sem medo de ser assaltado ou algo do tipo? O fato é que, se levar em conta os relatos da maioria das pessoas que viveram em São Luís, nos anos 70 e 80, é marcante a

ênfase que essas pessoas dão ao pequeno número de assaltos e roubos na capital. Isso fica bem claro com falta de presença de moradores nas ruas, em conversas e brincadeiras. Portanto, a obesidade e depressão, além de outras patologias contemporâneas, também estão atreladas ao medo de “sair de casa”, é o que se conclui a partir da voz dessa ex- moradora.

Fábio Batista, ex- morador da Rua 16 do Cohaserma, também foi entrevistado acerca do período de sua estada no conjunto e, com isso, lembranças puderam ser coletadas:

“Construído na década de 70, casas soltas, ruas sem asfalto, sem ponto de ônibus, sem feira ou supermercado por perto, um Conjunto habitacional sem muitas opções de comércio e lazer. Com o tempo a infraestrutura foi chegando e foi sendo colocado asfalto nas ruas e nas adjacências foram aparecendo pontos comerciais, etc. Me lembro que não haviam praças para os moradores desfrutarem. Atualmente onde é a Praça do Cohaserma, era somente um grande terreno vazio, mas que antes existia um pequeno e velho prédio da Associação dos Moradores, um campo de futebol completamente deteriorado e uma quadra de futsal que com o tempo foi se deteriorando até deixar de existir. Pela falta de equipamentos públicos para distração e diversão dos moradores, as crianças e jovens brincavam nas ruas das mais diversas brincadeiras, tipo: vôlei, futebol com travinha, queimado, 31 alerta, bicicleta, skate, carrinho de rolimã entre outras brincadeiras. Passaram anos e anos e o conjunto ia se desenvolvendo com um comércio da iniciativa privada, tipo lanchonetes, churrasquinho na calçada de algum morador, farmácia, padaria, e ate o mini box do senhor Oliveira que hoje é um prédio de kitnets.”(FÁBIO BATISTA, entrevistado em 2022).

Aqui, o relato segue a linha de opinião acerca do modo de vivência. O entrevistado fala acerca da “falta de opções para lazer”. É importante serem ressaltadas as falas dos moradores, principalmente quando demonstram alguma diferença da maioria. A crítica surge, portanto, como ponto de partida para reflexões e quebra da noção, que muitas vezes pode prejudicar a pesquisa Histórica, de “passado como paraíso”. Ou seja, as “boas lembranças” figuram como falas que, em sua maioria, enaltecem o passado, ocasionando uma visão de que o “bom era o antigo”, diminuindo o campo de análise e impondo limites à reflexão. Dizer que o Cohaserma não tinha muitas opções de lazer e pouquíssimos pontos comerciais demonstra que poderia haver, na época (não mudou muito de lá para cá), falta de incentivo, principalmente por parte do Poder Público, da criação de locais para lazer. O comércio, por sua vez, teria despontado mais relevantemente caso isso se desse. Por outro lado, a fala desse ex- morador demonstra que, para ele, o lazer seria um algo a mais do que somente as brincadeiras de rua e festividades comuns àquela época, daí o fato de ter afirmado que o Cohaserma não tinha muitas opções de lazer.

Ainda é possível dizer que, a própria diferença de relatos contribui para que haja um entendimento plural a partir das opiniões dos entrevistados. É o que confirma MEIHY:

Toda narrativa é sempre e inevitavelmente construção, elaboração, seleção de fatos e impressões. Portanto, como discurso em eterna elaboração, a narrativa para a história oral é uma versão dos fatos e não os fatos em si. Convém lembrar que, por mais parecidas que sejam as narrativas dos mesmos fatos, cada vez que são reeditas carregam diferenças significativas. (MEIHY, 1996, p.56).

Ao se fazer uma comparação entre os dois relatos, de Márcia e Fábio, vê-se que enquanto para a primeira o Cohaserma possuiu uma maior representação simbólica de período feliz, para o último a construção simbólica de “bom lazer” está um pouco dissociada do período em que viveu no conjunto.

### **3.2. A praça como meio de sociabilidade.**

Em 2020, foi entregue a tão esperada praça do cohaserma pelo governo municipal do então prefeito da época, Edvaldo Holanda Júnior. Atualmente um centro de diversão composto por várias lanchonetes, Playground, academia ao ar livre, quadra de futsal, gramado para piquenique, ciclovia, calçamento para caminhada e até um ecoponto. (FÁBIO BATISTA, entrevistado em 2022).

Praça, local tão almejado e querido por moradores de um bairro. Em épocas não muito distantes servia de encontro para casais enamorados, palanques para discursos políticos cheios de vigor, local de conversas e brincadeiras, enfim, lugar onde o social é evidenciado de maneira latente, principalmente em bairros onde há um número considerável de idosos e crianças. Estes, por sua ávida vontade em envolver-se em jogos e brincadeiras. Aqueles, pelo motivo de saúde, atrelado às caminhadas periódicas e, também, às conversas que, muitas das vezes, são afamadas e conhecidas como “mexericos de gente de idade”.

As praças ocupavam, ainda na Idade Média, local de comércio e status para determinada cidade. As catedrais, na maioria dos casos, sempre têm em sua frente ou ao seu redor, uma praça. No Brasil, é diminuto o número de cidades onde não se teve e, porventura ainda tem, uma praça como cartão postal do lugar. No interior brasileiro, ainda vigora a fama da “Praça da Matriz”, onde são realizados os eventos marcantes do município. É por esses e outros motivos que, a Praça, enquanto lugar onde a conexão entre Seres Humanos se dá de maneira natural e coesa, é tão desejada e motivo de orgulho para aqueles que a frequentam e a tem como “seu” patrimônio.

Lopes (2002), no seu estudo tendo em vista a elaboração de uma praça para o Cohaserma, afirmou que:

Praças públicas interconectam padrões de rua e cortes pequenos na malha. Elas também têm um atributo de espaço cívico. Quando próspera, elas agem como um espelho da cidade, contribuindo para a representação da verdadeira identidade do espaço urbano. (LOPES, 2002, p.41).

Para o Cohaserma, como um todo, a praça sempre foi um sonho. Ter um local bem elaborado, com boa infraestrutura, onde se pudesse fazer exercícios físicos e dialogar com amigos, dentre outros afazeres, era uma vontade dos moradores desde o surgimento do conjunto. Faltava um local onde a juventude conseguisse se encontrar sem ser em outras praças dos conjuntos vizinhos<sup>39</sup> e nas próprias residências.

A Associação dos Moradores do Cohaserma<sup>40</sup> sempre pleiteou uma praça no terreno baldio que servia para se jogar entulhos e onde o mato crescia. Este terreno, de grande porte, ficou, por muito tempo, “ao Deus dará”, sem nenhuma serventia. No local, além das funções já mencionadas, algumas plantas eram cultivadas por moradores que moram no entorno do local, existiu um “parquinho” que depois de algum tempo deteriorou-se e, além disso tudo, existia uma casa que servia como depósito e sede da Associação. Após um tempo, essa construção desabou. Mas o terreno continuava sem praticamente nenhuma serventia.

Com o mandato do ex- prefeito Edivaldo Holanda Júnior, a praça do Cohaserma saiu da mente de muitos de seus moradores e passou a ser realidade, atraindo pessoas de várias localidades circunvizinhas. Hoje em dia, exerce o papel de palco para muitos ganharem uma renda extra no que concerne à venda de alimentos e bebidas, fazendo com que haja um intenso fluxo de pessoas, principalmente no período da noite.

Além desses benefícios acima mencionados, a Praça do Cohaserma passou a reunir antigos e novos moradores, estimulando a construção de amizades, bem como também serve como local propício para piqueniques, onde as crianças podem se divertir entre si.

---

<sup>39</sup> O cohaserma é cercado pelos conjuntos Vinhais, Cohama, Paque Atenas e Loteamento Bela Vista. Desses, apenas o Vinhais e a Cohama apresentavam, antes da construção da praça do Cohaserma, uma estrutura satisfatória em relação às praças.

<sup>40</sup> Atualmente, a Associação já não funciona como em décadas anteriores.



A estrutura formal dos espaços determina não apenas o tipo de utilização, mas também a disponibilidade das pessoas em permanecer nos mesmos, através do sentimento de identificação e bem-estar produzidos. Um espaço perceptível é um espaço que potencia a sua utilização, uma vez que o contrário produz um sentimento de relutância. Se não percebermos o espaço em que estamos sentimos resistência em usá-lo. Os Espaços Públicos têm vários usos e estes alteram-se com o tempo. É a relação com a forma, entendida como estrutura física, que se mantém. (SIMÕES, 2016, p.26).

Existe uma relação intrínseca entre a permanência ou não das pessoas em um determinado espaço e a utilização que elas fazem dele. A praça do Cohaserma: “Praça da Boa Vizinhança”, em seus anos iniciais pós construção ainda continua ofertando uma boa infraestrutura que proporciona aos moradores do conjunto e entorno um “serviço” satisfatório concernente ao desporto. Resta saber se, com o passar dos anos, a praça ainda conseguirá cumprir sua missão. Algumas estruturas para exercício já começam a apresentar defeitos, principalmente pela irresponsabilidade de quem a usou erroneamente.

Ademais, também resta saber se a Prefeitura de São Luís continuará, sob o mandato do atual prefeito, fazendo manutenção nas áreas de lazer que fazem parte do espaço público. Caso isso não se dê, o local deixará de ser visitado com a frequência atual, visto que perderá sua principal função.

Em relação aos cuidados feitos pelos moradores do entorno, pode-se dizer que alguns, poucos, se for considerado o número de casas que a circundam, cuidam do espaço verde.

Os Espaços Públicos assumem um papel fundamental na estruturação das cidades e no desenvolvimento da vida social, sendo identificados como lugares onde se processa grande parte da socialização urbana, palco de diversas ações e acontecimentos relevantes, estabelecendo um reflexo da sociedade e um retrato da cidade. (SIMÕES, 2016, p. 13).

Simões (2016), alerta para a função e o uso que se deve ter com o Espaço Público, ressaltando que o mesmo estabelece um reflexo daqueles que o utilizam. Desse modo, quando, em qualquer local, esse Espaço é utilizado para ações de roubo e utilização de drogas, é possível dizer que houve uma quebra entre o ideal no qual o projeto de construção se baseou e seu uso por alguns indivíduos. É esperado que a Praça da Boa Vizinhança continue sendo um ponto de encontro entre pessoas que querem o desporto, sem ações ilícitas que venham a prejudicar o próprio conjunto e sua imagem perante a cidade. Aqui faz-se uma crítica ao fato de não haver policiamento na praça, o que demonstra uma certa ineficiência desse serviço no conjunto.

### 3.3. Quando o tradicional subsiste frente ao “moderno e urbano”.

Tradição. Esta palavra carrega consigo um grande peso e significado, pois envolve um conjunto de normas, saberes e práticas que são repassadas ao longo de gerações, como algo que detém um valor e faz parte da própria identidade de um grupo. A Tradição carrega consigo, portanto, uma “força” que distingue um grupo social de outro, em alguns casos trazendo até mesmo divergências, devido à falta de empatia e respeito pela identidade do outro.

Moderno, por sua vez, indica o novo, o fugaz, o mais lucrativo, dentre outras definições. O “moderno”, o “tecnológico” e, além disso, o “novo”, fazem parte de uma mentalidade que consigna o sistema capitalista ao passo em que este fomenta justamente aquilo que deva ser considerado como de última linha, seja referente à objeto, roupa, música, dentre outros aspectos. Enfim, a mentalidade mundial, amparada pelo avanço da técnica, aliada à velocidade de difusão de informações, possui um papel crucial em “definir” aquilo que é obsoleto e, portanto, sem importância, e aquilo que é de “última linha”, passível de ser apreciado.

Em ‘História e Memória’, Jacques Le Goff diz o seguinte a respeito da dicotomia entre antigo e moderno:

[...] já Horácio (Epistule, II, I, 76-89) e Ovídio (Ars amatoria, III, 121) tinham-se lamentado do prestígio dos escritores antigos e congratulado por viverem no seu tempo. Não tinham, contudo, nenhuma palavra para designar “moderno”, nem utilizavam novus como oposto de antiquos. No século VI aparece o neologismo modernus, formado por modo, “recentemente”, da mesma maneira que hodiernus, “hoje”, formou-se a partir de hodie, “hoje”. (LE GOFF, 1924, 154).

Como se vê, o debate entre o que seria considerado antigo e, por outro lado, moderno, não é algo de hoje, mas bem mais antigo. A noção de antigo perpassa, em certos casos, como sinônimo de antiquado e passível de renovação.

Entre as duas terminologias, ‘tradicional’ e ‘moderno’, esta última no sentido de novo, existe uma relação dialética na qual o Ser Humano ora preserva o antigo (tradicional), ora o abandona, por necessidade ou algum outro motivo, tendo em vista “agarrar o novo” e, decorrente disso, um conflito é criado. Culturas antigas, em geral, sofreram e continuam sofrendo um impacto muito grande, o que ocasionou perdas de memória e modos de vida, quando do encontro com o progresso.

Um exemplo bem claro disso deu-se quando do encontro entre europeus e silvícolas. O modo de vivência dos “donos da terra” foi considerado, pelos que vieram de fora, como grotesco e selvagem. Diante isto, a incorporação do indígena à sociedade brasileira, ao longo de todo o período colonial, foi de desenraizamento de suas culturas e saberes. Porém, seria ingênuo pensar que, dentro desse conflito, não existissem formas de “preservar inovando”, ou seja, agregar aspectos novos sem deixar desaparecer, por completo, o “antigo”.

Feita uma análise do embate entre “antigo e novo”, entra-se no campo da cultura mais especificamente, como aquilo que faz parte da “alma” de um povo. O campo cultural necessita, ao longo do tempo, se “atualizar” nas suas técnicas para não desaparecer. No Maranhão, têm-se o exemplo do Bumba-meu-boi, que nasceu nas camadas baixas da sociedade, com instrumentos “rústicos” e próprios dos índios e negros. Hoje em dia, vários grupos já sofreram mutações, com a incorporação de instrumentos de sopro e corda, compondo uma orquestra. Porém, isso não pode ser visto como algo de caráter negativo, pois para que haja a preservação da cultura tradicional é inerente a utilização e adaptação aos moldes vigentes, para que não desapareça por completo. A metamorfose entre o tradicional e o moderno necessita de aberturas de ambos os lados para que a ‘identidade’ não seja relegada a último plano.

Por sua vez, identidade<sup>41</sup> também configura-se como um termo que fornece um amplo leque de possibilidades de reflexão. O que seria identidade? Ela serviria para preservar, valorizar ou desunir e, até mesmo, discriminar?

A identidade de alguém é que existe de mais precioso para esse alguém, é aquilo que o preenche e motiva a existir. No mundo atual, com a velocidade de transformações, muitas identidades, de caráter cultural, são substituídas por algo ou uma ideia que vem de outros locais e países, considerados como melhores.

Em relação a um bairro, a identidade do local constitui-se como aquilo que diferencia e “marca” aquele lugar em específico. Em relação à São Luís, por exemplo, há bairros que possuem, em seu calendário, eventos que já são tradicionais. Dentro dos conjuntos habitacionais, o Cohatrac, por exemplo, realiza, anualmente, uma festa religiosa de grande porte, o Círio de Nazaré, espelhado no estado do Pará. No ano de

---

<sup>41</sup> Relacionada à cultura. Nesse caso, aos aspectos que identificam um determinado lugar ou grupo social.

2022, completou 30 anos de realização em São Luís. Em matéria do *Jornal do Maranhão* (outubro de 2022), de posse da Arquidiocese de São Luís, é citado que:

Ao longo dos 30 anos do Círio, realizado no bairro do Cohatrac. O evento reúne milhares de fiéis de várias localidades do Maranhão e de estados vizinhos, que vão às ruas em carreatas, romarias e procissões. De acordo com Rozenir Mesquita, membro da Comissão do Círio, a celebração é realizada no bairro desde 1992, quando a imagem peregrina de Nossa Senhora de Nazaré de Belém do Pará veio visitar São Luís em peregrinação, por ocasião dos 200 anos de comemoração do Círio de Nazaré em Belém do Pará. (JORNAL DO MARANHÃO, 2022, p.7).

Somente o Cohatrac, como integrante dos grupo de conjuntos entregues nos anos 70 e 80, possui uma notória relevância no aspecto cultural, especificamente relacionada com o campo da religião. Devido a grande distância do bairro ao centro, foi-se criando, aos moldes de outros exemplos anteriormente citados, uma certa “independência urbana”, o que propiciou uma intensa união entre os moradores do bairro, bem como um comércio de referência.

Por sua vez, no Cohaserma, embora não exista uma manifestação cultural à semelhança de outras existentes pelos bairros ludovicenses, à exemplo da Liberdade, com o tambor de crioula, a Maioba, com seu afamado e antigo boi, Maracanã, com a Festa da Juçara, realizada anualmente no mês de outubro, e o boi, o Cohatrac, com o Círio de Nazaré, que já faz parte da própria identidade de muitos do bairro, dentre outros exemplos, acontece, há mais de 30, anos uma prática devocional católica realizada, majoritariamente, por mulheres, e que já se constitui em uma tradição do conjunto.

O papel feminino, atrelado à devoção mariana, é bem expressivo em todo o Brasil. Ao se ter devoção à Nossa Senhora, com os mais variados títulos, as mulheres parecem que se identificam com a figura de Maria, mulher pobre, esposa e mãe. A configuração da imagem ideal da Mulher cristã foi-se construindo, com mais ênfase, durante o período medieval. As virtudes de Maria, tais como pureza, obediência, fé, dentre outras, tornaram-se modelo para que o feminino se enquadrasse naquela que era considerada um proposta de santificação pessoal.

Entre reminiscências e preservações de ideais antigos, a devoção à Virgem Maria ainda ocupa um papel de relevância, exteriorizada nas manifestações culturais e religiosas, como o Círio, acima citado.

A devoção mariana, realizada no conjunto do Cohaserma, há mais de 30 anos, marcou gerações. Crianças que participavam nos anos 80, atualmente, em grande parte, já são pais e mães de família. A prática acontece anualmente, durante o mês de Maio, com a peregrinação da imagem de Nossa Senhora das Graças pelas residências do conjunto, com a reza do terço e demais orações, aliada ao ato de se cantar nas ruas.

Em entrevista feita à Dona Socorro, a atual organizadora das rezas, ela falou que:

“ No Conjunto COHASERMA a devoção de louvar e amar Maria Santíssima, durante todo o mês de maio, o mês consagrado a Nossa Senhora, iniciou-se em maio por um grupo pequeno de senhoras, que dirigido pela Professora Rosa Amélia Muniz Santos, que morava anteriormente na cidade de Penalva, e residia na Rua 10 do COHASERMA, teve a iniciativa de preparar um andor com a imagem de Nossa Senhora das Graças, de trinta centímetros de altura, que recebeu de presente do Pároco da época, da Igreja Menino Jesus de Praga (Cohama), Frei Mário Palonni, para visitar, em procissão, as famílias dos moradores do Conjunto COHASERMA. Dona Rosa, como era chamada por todos, seguiu com essa devoção até o dia 01 de abril de 1993, aos 86 anos, quando veio a falecer. Após a direção feita por Dona Rosa, Conceição Oliveira, esposa do Sr. Nelson, assumiu à frente. Fiquei sabendo da existência desse grupo quando ouvi os cânticos de Nossa Senhora, aí então me aproximei para acompanhar devido o meu grande amor por Maria. Desde que eu comecei a dirigir essa procissão, além da reza do terço, seguimos as orações do livro “Um Mês com Maria”. O que dificulta, às vezes, são as situações climática, pois no mês de Maio ainda chove bastante. Muitas pessoas já faleceram, mas existe um certo compromisso por parte dos participantes, que o quantitativo de devotos sempre cresce. O Mês com Maria, já faz parte da vida dos moradores do COHASERMA. Existe uma verdadeira procura para solicitar a visita de Nossa Senhora, sempre as pessoas procuram uma data que mais precisam da presença de Maria Santíssima naquela família.” (SOCORRO CRUZ, entrevista realizada em 2022).

Neste relato, fica evidente a ligação entre devoção e compromisso, algo que se faz por prazer, assumindo um caráter de identidade individual e coletiva. Por sua vez, Adélia Muniz, moradora da rua 15, contou que:

Fiquei sabendo da reza do mês de Maio através de Dona Rosa. Quando eu cheguei no Cohaserma, ela morava na rua 10. Depois da casa de Madalena e era amiga de um conhecido do meu marido. A reza funcionava como hoje, de casa em casa, rezando o terço todo, uma casa por dia. Os mesmos cantos de hoje. No tempo que eu entrei na Legião de Maria, meu filho (in memoriam) estava entrando em um problema pessoal...eu chorei muito na primeira vez que a imagem chegou aqui na minha casa e, realmente, ela é tudo em minha vida (Nossa Senhora). Quando cheguei no Cohaserma foi assim. Nós (ela e seu marido) compramos uma casa no Cohafuma, mas ainda estavam construindo lá, aí tínhamos que entregar a casa onde morávamos, aí ele foi na Caixa Econômica e viu que tinha essas casas aqui...sou feliz aqui no Cohaserma. Acho que cheguei em 1977, não tenho certeza. Antigamente a gente sentava nas portas, tinha fogueira, quadrilha, colocávamos as cadeiras nas portas e ficávamos conversando. Na reza, no início, não tinha andor, era uma cesta, depois que passou pra mão de Socorr aí que passou a ser no andor. No último dia tinha um jantar, cada um levava um prato. A respeito das

corações, lembro que teve no Parque Atenas, na Cohama e depois passou a ser no Cohajap. Ah! Quem me convidou pra Legião foi Conceição de Seu Nelson, que mora em frente à praça. Agora temos uma praça nova, que foi um sonho de muito tempo. (ADÉLIA, entrevista realizada em 2022).

A “Identidade Cohasermana” é composta por uma vizinhança que viveu em tempos nos quais a socialização era mais fácil e tida como um fator de maior importância. A parcela de moradores “novatos”, composta por famílias mais jovens, em sua maioria, foi beneficiada com a praça nova, pois, desse modo, tem uma área propícia para o lazer e desporto. Todavia, jamais “sentirá na pele” o prazer decorrente da liberdade e maior segurança que se tinha em décadas posteriores.

Nas décadas de 70 e 80, o avanço tecnológico ainda era pacato se comparado aos dias de hoje. A violência ainda era coisa de bairros distantes e com um número de casos diminuto. Portanto, é possível dizer que somente o que ainda resta dos anos iniciais do Cohaserma, no referente às heranças sociais e religiosas do período, é a reza do mês de Maio. Surge uma missão, por parte dessas senhoras, em saber transferir essa prática aos mais novos e como esse processo se enquadrará aos moldes atuais.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.**

É possível dizer que o presente trabalho permitiu uma maior compreensão acerca da forma pela qual o Espaço Urbano configurou-se em São Luís, nas décadas de 70 e 80. A intervenção do Homem, dentro do Espaço, se mantém contínua, ocasionado as transformações paisagísticas e sociais. Aliado a isso tudo, os resultados dessa ação direta no local são refletidos na forma pela que se dá a distribuição de habitantes em determinada área, as características sociais e culturais que se evidenciam nele, bem como as próprias metamorfoses que acontecem gradualmente, ao longo do tempo, e que são um resultado de uma construção urbana desde um ponto inicial de ocupação. Esse fator ficou latente com o estudo feito.

Verificou-se que, em pleno contexto de Regime Militar, com a construção dos conjuntos habitacionais, São Luís assistiu a um vertiginoso espraiamento de sua malha urbana, com novos bairros sendo erguidos, dentro de uma política desenvolvimentista, tendo em vista aplicar dentro das cidade uma organização socioespacial com a finalidade de sustar-se a falta de habitação para uma grande parcela de sua população advinda do interior do estado, em sua maioria. Com os conjuntos, bem como também com todas as instâncias administrativas criados no período e que foram citadas no

segundo capítulo, a cidade foi alvo de uma ação estatal direta, tendo sua paisagem, população e gênese urbana transformada relevantemente.

Com a escuta de pessoas que viveram nas décadas de 70 e 80 foi possível coletar que, à época, pela falta de melhores oportunidades no interior do estado, a capital maranhense aparecia como o “novo el dourado”, onde corria “leite e mel”. Porém, também conclui-se que, a vinda para a cidade, acarreta consigo uma perda e, ao mesmo tempo, uma mudança, de identidade que vai se transformando à medida em que o indivíduo muda de lugar, assumindo novas formas de se auto identificar enquanto ser político e cidadão, mesmo que com permanências e tentativas de preservação que, por sua vez, possuem grandes desafios com a globalização reinante, a qual prega a intensa valorização do ‘novo’, em substituição do ‘antigo’.

Cohaserma, “conhecer para preservar”, eis a frase que deve motivar seus moradores a sentirem-se verdadeiros “cohasermanos”, com uma identidade própria, nascida nos anos 70, sob fortes contrastes políticos que tentaram construir uma São Luís coesa e ‘moderna’. A pesquisa permitiu que a fala dos moradores tivessem “vida”, ao passo em que trouxe à conhecimento público as experiências vividas pelos seus primeiros moradores, depositários de uma memória que contém a gênese do espaço urbano dentro dos limites do conjunto. Além disso, os moradores mais antigos também sentiram-se mais valorizados ao serem requisitados para resgatar fatos antigos que somente eles lembravam. Isso trouxe boas sensações e contribuiu para o próprio sentimento de pertença ao conjunto.

Portanto, é passível de se afirmar que o êxodo rural gerou um aumento populacional desregrado, dentro de São Luís que, por sua vez, propiciou a intervenção do Estado no Espaço Geográfico, tecendo formas de construção de vivências que merecem ser pesquisados e preservados como herança de uma época não tão distante, se for considerada a quantidade de anos, mas que ficou longe no sentido de ter havido as rápidas e intensas metamorfoses advindas da velocidade de mudanças dos padrões culturais.

## **APÊNDICES- A- Questões da entrevista**

### **- Feitas à pessoa responsável pela reza do mês de maio no Cohaserma.**

- 1- Como surgiu essa devoção no Cohaserma?
- 2- Como a senhora ficou sabendo da existência dessa prática do Mês de Maio?
- 3- O que lhe motivou a participar e continua motivando a fazer parte desse grupo do Mês de Maio?
- 4- A senhora percebe alguma mudança na forma de como era antigamente e hoje, em relação à Reza?
- 5- Quais são os desafios enfrentados atualmente no tocante ao prosseguimento dessa prática?
- 6- Quais pessoas que participavam já morreram e em que o movimento perdeu com isso?
- 7- Na sua opinião, como a reza do Mês de Maio é parte da identidade do bairro do Cohaserma?
- 8- O andor que existe hoje é o mesmo que Frei Mário deu?
- 9- E a imagem de hoje é a mesma que quando começou?
- 10- A imagem foi doada?

### **- Questões feitas a uma integrante antiga do movimento:**

- 1- Como a senhora ficou sabendo da existência do Mês de Maio no Cohaserma?
- 2- Como era o funcionamento da reza no seu tempo?
- 3- Como legionária de Maria, em qual sentido a Reza do Cohaserma lhe fazia ficar satisfeita?
- 4- Como foi a sua chegada no Cohaserma?
- 5- Atualmente, o perigo não deixa mais as pessoas ficarem na rua conversando. No Cohaserma, no seu tempo, as pessoas conversavam na porta? Fale um pouco sobre isso.



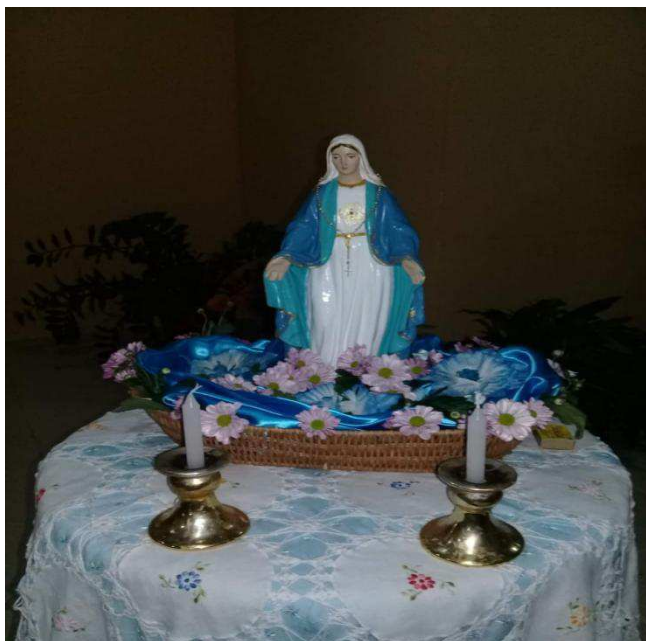
6- Como era o último dia do mês?

7- Quem lhe convidou para fazer parte da Legião de Maria?

8- Em que ano a senhora chegou no Cohaserma?

**APÊNDICES- B - Imagens e Fotos (do Cohaserma e do Movimento).**

**Imagem que percorre o conjunto no mês de Maio (2022).**



Fonte: arquivo do filho de José Vital, ex- morador. (2022).

**Foto tirada em momentos antes da coroação (31/05/22).**



Fonte: arquivo do filho de José Vital, ex- morador. (2022).

**Foto dos anos 90, quando ainda se utilizava o andor.**



Fonte: arquivo do filho de José Vital, ex- morador. (2022).

**Momento na rua 15- Cohaserma (2022).**



Fonte: arquivo do filho de José Vital, ex- morador. (2022).

**Momento antes da entrada, para coroação, feita pelas crianças (31/05/2015).**



Fonte: arquivo do filho de José Vital, ex- morador. (2022).

### **APÊNDICE C- breve biografia das pessoas que foram entrevistadas.**

**JOSÉ VITAL LOPES SANTOS-** Natural do povoado de Jussatuba, pertencente ao município de Icatu-MA, possui 64 anos de idade e mora em São Luís do Maranhão. Casado, pai de dois filhos. Veio para a cidade junto com a família para estudar e trabalhar, pela década de 70. Trabalhou na antiga Luzitana e na construtora que ergueu o Cohatrac. Morou no Cohaserma, rua 10, com sua família, sendo um dos primeiros moradores do bairro. Acompanhou de perto as rezas do mês de Maio, bem como fez parte das primeiras amizades construídas no local. Foi presidente da Associação do Cohaserma por um período de tempo, ao passo em que cuidava também do espaço onde hoje funciona a praça principal do conjunto. Atualmente mora no Vinhais, mas ainda tem sua mãe e irmã residentes no conjunto, o que não permite sua desligação do bairro.

**ROSARIO SANTIAGO-** Aposentada do Serviço Público do Estado Maranhão, 68 anos de idade, viúva, nascida em São Luís em 16 de janeiro de 1954, mora nesta cidade, precisamente no bairro do Vinhais, há mais de 40 anos, mãe de 02 (duas) filhas, 02 (dois) genros e 04 (quatro) netos. Atualmente está Presidente do Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado do Maranhão - SINDSEMA, localizado na Av. Jerônimo de Albuquerque, Casa do Trabalhador, sala 218. Gosta muito de viajar, de participar de eventos, tais como congressos, palestras, mostras culturais, feiras literárias, exposições, reuniões, eventos religiosos e etc. Devota de Nossa Senhora de Fátima e São José, bem como dos demais Santos e Santas. Assiste missa aos domingos, Dia do Senhor, e durante a semana, quando pode. Só falta por um motivo de doença. Nas horas vagas, pinta, borda, faz crochê, vagonite, ponto cruz e macramê. Gosta de fazer amizades e reunir amigos na sua casa. Infelizmente, sua família perdeu diversos parentes, amigos e conhecidos, e como se não bastasse, perdeu seu esteio maior, seu marido, Nelson Santiago, com apenas 68 anos de idade, já aposentado, vacinado com a 1ª e 2ª dose, quando estava aguardando a 3ª dose. Com sintomas leves, foi brutalmente atingido por esse Vírus infeliz. Segundo ela, ficou “sem chão”, sem direção, quase perdia sua fé. Ainda relatou que foi um período muito difícil, e continua sendo difícil enfrentar a caminhada. Mas, a “Oração é que me conforta”, disse Dona Santiago.

**MARIA DO SOCORRO CRUZ-** Possui 72 anos de idade, piauiense, enfermeira e professora aposentada, casada, mãe de quatro filhos. Chegou no Cohaserma em outubro de 1978 (morava na rua 13), mas atualmente mora no Parque Atenas, conjunto vizinho.

Desde criança tem uma grande devoção por Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, que é a sua madrinha de Batismo, tendo como padrinho, São José. Aos sete anos de idade fez a sua Primeira Comunhão em Floriano- PI, no dia 15 de agosto na festa de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, trajada de anjo, pagando uma promessa que sua mãe havia feito com Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. É Legionária de Maria desde 15 de agosto de 1987 , quando foi fundado o Praesidium Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (trata-se de um movimento da Igreja). Sua filha fez a Primeira Comunhão nesse dia, com nove anos de idade, e trajada de anjo. Ser legionária, pra dona Socorro, é uma missão divina. Uma forma de retribuir as inúmeras graças recebidas de Deus, segundo ela.

**ELBA MARTINS DE FREITAS-** Natural de São Bento- MA, tem 84 anos, é divorciada, aposentada pela Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão, morou no Cohaserma, rua 7, por 18 anos. Quando chegou no conjunto já o encontrou habitado. Comprou a casa na mão de um senhor chamado Raimundo Braga (in memoriam). Fez muitas amizades e, através dessas amizades, conheceu o grupo da reza que acompanhava de casa em casa a imagem de Nossa Senhora. Segundo ela, era muito bem participado por jovens, adultos e crianças, acompanhado de cânticos. Depois ingressou na Legião de Maria onde desenvolveu, durante nove anos, o serviço de secretária, elaborando atas das reuniões que aconteciam semanalmente. Fez parte do praesidium Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, inicialmente. De acordo com Elba, ela foi a convite de uma vizinha, Auxiliada Moreira (in memoriam). Depois ingressou em outros praesidiuns à medida em que ia mudando de bairro.

**ADÉLIA MARIA FREITAS SANTOS-** natural de Vitorino Freire- MA, é casada e tem quatro filhos, um deles já falecido. Mora no Cohaserma, rua 15, há mais de 40 anos e é Legionária há mais de 30 anos. Participa do mês de Maio há bastante tempo. Conheceu Dona Rosa e as demais integrantes antigas, tais como Raimunda Lopes, Raimunda Cruz, Socorro Cruz e Conceição Oliveira. Segundo uma lembrança sua, disse que a praça do Cohaserma sempre foi muito desejada e reivindicada, fato que só ocorreu em 2020.

**MARIA OLÍVIA CELES ALVES-** nasceu em 17 de dezembro de 1962, em Boa Nova- BA. Veio para São Luís em 1983 e morou no Cohaserma até 2000. É casa e tem dois filhos. Mora no Vinhais.

**FÁBIO HENRIQUE ALVES BATISTA**- 2º filho da família de Celso e Zulmira (in memoriam)- ex moradores do Cohaserma- Morador da rua 16, quadra L, casa 7, desde 1978 até 2013. Passou toda a infância e juventude no conjunto Cohaserma.

**MÁRCIA REGINA DA LUZ** - Veio do Interior da Baixada Maranhense, pela década de 80, para São Luís. Foi criada por uma família da Rua 16, do Cohaserma. Tinha entre 9 e 10 anos quando veio para a capital. Quando saiu do Cohaserma, tinha 23 anos. Viveu boa parte da infância e toda a adolescência no Cohaserma

## REFERENCIAS

- ALVES DE MACÊDO, Lúcio Antônio. **METROPOLIZAÇÃO NA ILHA DE SÃO LUÍS E SEUS IMPACTOS SANITÁRIOS E AMBIENTAIS**. Revista de Políticas Públicas, outubro, 2012. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, Maranhão, Brasil.
- BENVENGA, Bruna M<sup>a</sup> de Medeiros. **Conjuntos habitacionais, espaços livres e paisagem: apresentando o processo de implantação, uso e avaliação de espaços livres urbanos** / Bruna Benvença – São Paulo, 2011.
- BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONIFÁCIO, Kallyne Machado; ABÍLIO, Francisco José Pegado. “**O PROGRESSO VEM, MAS ACABA COM A NATUREZA**”: O RIO JAGUARIBE NA VISÃO DOS MORADORES RESIDENTES NO SEU ENTORNO, JOÃO PESSOA, PB. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 25, julho a dezembro de 2010 aphud LEMO (2003, p.94).
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: ÁTICA, 2000.
- CARLOS, Ani Dani Alessandri. (org.). **Os Caminhos da Reflexão sobre a Cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- CURVELO- MATOS, Heloísa Reis. **Análise toponímica de 81 nomes de bairros de São Luís/MA**. UFC, Fortaleza-CE, 2014.
- CEZARIO, Raquel Chaffin; CAETANO, Rodrigo da Costa. **Metrópoles brasileiras: o reflexo da segregação sócio- espacial**. Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia Fluminense. Campos dos Goytacazes- RJ, [s.n]
- CRIST, Pedro; NABOZNY, Almir. **EXPERIÊNCIA E O MORAR NA COMPOSIÇÃO DO ESPAÇO VIVIDO DOS MORADORES DO RESIDENCIAL LONDRES EM PONTA GROSSA-PR**. Anais Semana de Geografia. Volume 1, Número 1. Ponta Grossa: UEPG, 2015.
- CORREA, Marcele de Jesus. **Análise Geoespacial da Cidade Operária: a dinâmica de ocupação como um dos eixos de expansão urbana do município de São Luís-MA**. RBPD- Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v.2, n.2, p.69-70, jul./dez. 2013.
- ENES, Carla Cristina. SLATER, Betzabeth. **Obesidade na adolescência e seus principais fatores determinantes**. Departamento de Nutrição da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. Rev Bras Epidemiol 2010; 13(1): 163-71.
- FIRMINO DA COSTA, Antônio. **Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**. Editora Celta, Lisboa, Portugal.
- FILHO, Wilson de Barros Bello. **História do Planejamento Econômico no Maranhão: uma arqueologia dos planos estaduais de desenvolvimento**. Editora: Papel Virtual, Copyright, 2004.



FREITAS, Eleusina Lavôr Holanda de. **COMO QUALIFICAR CONJUNTOS HABITACIONAIS POPULARES**. Brasília: Caixa Econômica Federal, 2004.

GISTELINK, Frans. **Carajás: usinas e favelas**. Universidade do Texas: Gráfica Minerva, 1988.

GONÇALVES, Leticia Ingrid de Carvalho; DE PAULA, Bruna; VIEIRA, Eduardo Henrique Albano; BARBOSA, Livia Bevilacqua; GREGÓRIO, Manassés da Silva. **A formação e as modificações do espaço- uma análise da cidade de Indaiatuba/ SP**. 16<sup>o</sup> Congresso Nacional de Iniciação Científica. 2016.

LOPES, José Antônio Viana. **São Luís, Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem**: Madrid Ed. bilíngue, --Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, Dirección General de Arquitectura y Vivienda, 2008. 448 p.

LAGO, Eva Rosa do. **MIGRAÇÃO RURAL- URBANA**: Experiências do Movimento migratório no município de Vargem Grande- MA nos anos de 1980 e 2000. UFMA, 2020.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.); FERNANDES, Ana. Sampaio, Antonio Heliodório Lima. (autores)...**Urbanismo no Brasil, 1895-1965**. Salvador: EDUFBA, 2005, 600p. (COLOCAR A REZENDE, VER COMO FAZ).

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão; corpo e alma**. São Luís: Gráfica Santa Marta (PB). São Luís, 2012. 578p.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas-SP. Editora da UNICAMP, 2003. 539p.

LOPES, Wanda Patrícia Gomes. **Proposta de Intervenção Urbanística na Praça do Cohaserma: as consequências da apropriação do espaço público pela comunidade**. São Luís, 2002, 92p

MARISCO, Luciane Maranha de Oliveira. **A norma e o fato: abordagem analítica da segregação sócio- espacial e exclusão social a partir dos instrumentos urbanísticos**. Presidente Prudente, s.n, 2003.

MORAES, Robertha Caroline Carvalho. **Da ponte pra cá: o processo de segregação socioespacial em São Luís- Ma após a criação da Ponte José Sarney**. São Luís, 2022.

MARTINS, Gabriela Souza. **SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na Ilhinha e Ponta d'Areia**. São Luís, 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MARTINS, Gabriela Sousa. **SÃO LUÍS MODERNA E CONTRADITÓRIA: resistência e permanência na Ilhinha e Ponta d'Areia**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) -UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO. SÃO LUÍS.

NEGRI, Silvio Moisés. **Segregação Sócio- Espacial: alguns conceitos e análises**. Revista Coletâneas do nosso tempo, Ano VII- v.8, p.129-154, n<sup>o</sup>8, 2008.

OZANA DA TRINDADE, Maria. **A DANÇA DE QUADRILHA JUNINA EM APARECIDA DE GOIÂNIA: MEMÓRIA E PERTENCIMENTO EM TRÊS BAIRROS DA CIDADE.** - Aparecida de Goiânia- GO, 2019. Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Dança, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

PETRUS, Júlia Kátia Borgneth; PEREIRA JUNIOR, Magnom Vasconcelos. **A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros.** Revista Ateliê Geográfico, Goiânia, v.9, n.2, p.170- 189, agosto/2015.

PACHECO, Suellen Cristina dos Santos Apoliano. **Produção de habitação popular por autogestão e iniciativa privada como espaço de sujeitos sociais na Ilha do Maranhão.** São Luís, 2019. aphud FERREIRA, (2014).

PEREIRA, Gislene. **A natureza (dos) nos fatos urbanos: produção do espaço e degradação ambiental.** Desenvolvimento e Meio Ambiente; Editora da UFPR. n. 3, p. 33-51, jan./jun. 2001.

PESSOA JUNIOR, Luiz Soares. **BNH: perspectiva histórica da edificação de conjuntos habitacionais.** Temporalidades - Revista de História, ISSN 1984 - 6150, Edição 34, v.12, n.3 (Set./Dez. 2020).

PINSKY, Carla Bassanezy e Luca, Tania Regina de. (org.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: CONTEXTO, 2017.

REZENDE, Vera F. **Evolução da produção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, 1900- 1950- 1965.** p 39-65. (está dentro do livro da prof. Júlia...falta ajeitar isso aqui)

REVISTA HUMANAS ET AL. Paço do Lumiar, MA: IESF, v. 7, n. 13, p. 201-221, jul. 2020.

RIBEIRO Júnior, José Reinaldo Barros. **Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612-1991.** São Luís: Ed. do AUTOR/ FUNC, 2001. 150p.

SINGER, Paul. **Economia Política da urbanização.** 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SINGER, Paul Israel. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Pôrto Alegre, Belo Horizonte e Recife.** São Paulo, Editora Nacional 1.<sup>a</sup> reimpressão. (1974).

SODRÉ, Ronaldo Barros. **O Maranhão agrário: dinâmicas e conflitos territoriais.** / Ronaldo Barros Sodré. – São Luís, 2017.

SILVA, Rafael Santos; CASSAB, Clarisse. **JUVENTUDES, BAIRRO E COTIDIANO EM JUIZ DE FORA.** Revista de Geografia - número especial. v. 1, (2013) aphud Mayol (1996).

SIMÕES, Maria José Mota. **1979- Espaço Público e Socialização urbana: uma visão relacional.** Lisboa : [s.n.], 2016. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura e Artes da Universidade Lusíada de Lisboa.

VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política habitacional e Estado Autoritário em São Luís (1964- 1985).** São Luís, 2014.

WIGGERS, Raquel. **CASA, FAMÍLIA E PERTENCIMENTO: A CONSTRUÇÃO DA PESSOA EM UMA LOCALIDADE NO SUL DO BRASIL**. Revista Temáticas, Campinas, 21(42)v.1: 151-172, ago./dez. 2013.

#### JORNAIS:

Sem autor. Governo tem plano para sustar êxodo. **O Imparcial**, São Luís, setembro, 1974.

DA REDAÇÃO. A fé em Nossa Senhora de Nazaré que ilumina o Maranhão há 30 anos com a Festa da Luz no Cohatrac. **Jornal do Maranhão**, São Luís, ano 52, nº 147, outubro de 2022. Destaque, p.6 e 7.

BRUZACA, Ana Maria. São Luís de décadas passadas: mais fotos para você viajar no tempo; Com o sucesso da primeira publicação da série de fotos antigas da capital maranhense, o Imparcial traz mais uma edição recheada de nostalgia. **O Imparcial**, São Luís, 27/12/2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/12/sao-luis-de-decadas-passadas-mais-fotos-para-voce-viajar-no-tempo/>. Acesso em: 21/10/2022.

CUNHA, Patrícia. 100 anos de fundação da Liberdade: A história da Liberdade tem origem no antigo Matadouro Modelo de São Luiz, construído há um século, e onde hoje funciona a Unidade de Educação Básica Mário Andreazza, antigo Centro de Ensino Médio Nerval Lebre. **O Imparcial**, São Luís, 26/01/2018. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2018/01/100-anos-de-fundacao-da-liberdade/>.

#### SITES:

OLIVEIRA, Reinilda. Supermercados Lusitana. Patrimônios Maranhão. net, São Luís, 27/01/2018. Disponível em: <http://www.patrimoniosmaranhao.net/2018/01/27/supermercados-lusitana/>

#### BIOGRAFIAS REFERENCIADAS:

FUCKS, Rebeca. Marc Bloch. Última atualização: 12/05/2020. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/marc\\_bloch/](https://www.ebiografia.com/marc_bloch/)

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Sem título. São Paulo. Disponível em: <https://historia.fflch.usp.br/jose-carlos-sebe-bom-meihy>

Informações coletadas do Lattes. Escavador, 2022. José Antônio Viana Lopes. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/5630861/jose-antonio-viana-lobes>

Informações coletadas do Lattes. Flavia Galli Tatsch. Biblioteca Virtual da FAPESP. Disponível em: <https://bv.fapesp.br/pt/pesquisador/71126/flavia-galli-tatsch>

Sem autor. Michel Foucault. Toda matéria. Disponível em : <https://www.todamateria.com.br/michel-foucault/>

Sem autor. Cartacapital. Le Goff: o autor de uma outra Idade Média; O legado de Jacques Le Goff, um dos idealizadores da corrente da Nova História. Publicado em: 16.05.2014. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/o-autor-de-uma-outra-idade-media/>

Sem autor. [PUCRS Online](https://www.pucrs.br/). 10 de Agosto de 2020. Disponível em: [https://www.google.com/amp/s/online.pucrs.br/blog/public/quem-e-leandro-karnal%3fhs\\_amp=true](https://www.google.com/amp/s/online.pucrs.br/blog/public/quem-e-leandro-karnal%3fhs_amp=true)

SEM AUTOR. Biblioteca (presidente da república). Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jose-sarney/biografia>

Vera F.Rezende: <http://ppgau.sites2.uff.br/vera-f-rezende/>

